



Demonstrações Contábeis BrGaap

30 de Junho de 2013

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	101
Relatório dos Auditores Independentes	103
Parecer do Conselho Fiscal	107
Parecer do Conselho da Administração	108

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))
CIRCULANTE	407.311.282	350.905.556	321.351.012	407.922.349	351.547.176	321.812.504
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	6.097.970	8.035.967	4.371.999	6.097.970	8.035.967	4.371.999
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	90.986.245	75.183.272	52.407.225	90.986.245	75.183.272	52.407.225
Aplicações no mercado aberto	86.062.522	72.104.596	50.245.098	86.062.522	72.104.596	50.245.098
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.924.775	3.078.757	2.162.173	4.924.775	3.078.757	2.162.173
Provisões para perdas	(1.052)	(81)	(46)	(1.052)	(81)	(46)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	110.267.101	91.877.035	87.808.138	110.802.301	92.375.479	88.209.229
Carteira própria - livre	81.754.248	57.146.000	60.515.443	82.289.448	57.644.444	60.916.534
Vinculados a compromissos de recompra	28.394.616	34.647.909	26.273.130	28.394.616	34.647.909	26.273.130
Vinculados a prestação de garantias	197		1.018.577	197		1.018.577
Vinculados ao Banco Central		998	988		998	988
Instrumentos financeiros derivativos	118.040	82.128		118.040	82.128	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	82.341.691	72.880.330	69.681.600	82.341.691	72.880.330	69.681.600
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.227.157	247.478	1.080.837	1.227.157	247.478	1.080.837
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	80.502.457	72.199.506	68.085.497	80.502.457	72.199.506	68.085.497
Correspondentes	612.077	433.346	515.266	612.077	433.346	515.266
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	345.153	713.650	263.316	345.153	713.650	263.316
Recursos em trânsito de terceiros	179	146	9	179	146	9
Transferências internas de recursos	344.974	713.504	263.307	344.974	713.504	263.307
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	86.862.748	72.168.700	86.197.344	86.862.748	72.168.700	86.197.344
Setor público	3.447.738	3.032.766	5.766.969	3.447.738	3.032.766	5.766.969
Setor privado	93.971.806	77.669.528	87.792.984	93.971.806	77.669.528	87.792.984
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	348.185	366.301		348.185	366.301	
Provisão para operações de créditos	(10.904.981)	(8.899.895)	(7.362.609)	(10.904.981)	(8.899.895)	(7.362.609)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	29.348.636	29.091.187	19.599.667	29.424.503	29.234.363	19.660.068
Créditos por avais e fianças honrados	35.156	31.799	35.400	35.156	31.799	35.400
Carteira de câmbio	587.146	114.195	74.406	587.146	114.195	74.406
Rendas a receber	1.705.239	1.623.801	1.712.315	1.779.133	1.764.138	1.768.705
Negociação e intermediação de valores	186.379	4.714	6.016	186.379	4.714	6.016
Créditos específicos	688.410	692.906	649.101	688.410	692.906	649.101
Diversos	26.233.776	26.779.048	17.247.980	26.235.749	26.781.887	17.251.991
Provisão para outros créditos	(87.470)	(155.276)	(125.551)	(87.470)	(155.276)	(125.551)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.061.738	955.415	1.021.723	1.061.738	955.415	1.021.723
Outros valores e bens	886.267	798.227	738.926	886.267	798.227	738.926
Provisões para perdas	(26.291)	(103.028)	(113.127)	(26.291)	(103.028)	(113.127)
Despesas antecipadas	201.762	260.216	395.924	201.762	260.216	395.924
NÃO CIRCULANTE	407.175.934	352.034.110	275.019.626	406.381.106	351.347.795	274.445.453
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	45.042.518	46.588.282	39.907.128	45.042.518	46.588.282	39.907.128
Carteira própria - livre	9.997.342	32.586.271	25.702.074	9.997.342	32.586.271	25.702.074
Vinculados a compromissos de recompra	32.213.714	12.318.617	14.199.197	32.213.714	12.318.617	14.199.197
Vinculados a prestação de garantias	2.830.565	1.683.394	5.857	2.830.565	1.683.394	5.857
Vinculados ao Banco Central	897		897			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	20.496.183	18.776.893	18.527.064	20.496.183	18.776.893	18.527.064
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	20.496.183	18.776.893	18.527.064	20.496.183	18.776.893	18.527.064
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	314.423.388	261.853.600	193.833.445	314.423.388	261.853.600	193.833.445
Setor público	30.599.705	24.871.263	18.413.707	30.599.705	24.871.263	18.413.707
Setor privado	292.359.455	245.740.679	185.627.173	292.359.455	245.740.679	185.627.173
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.889.958	2.058.966		1.889.958	2.058.966	
Provisão para operações de créditos	(10.425.730)	(10.817.308)	(10.207.435)	(10.425.730)	(10.817.308)	(10.207.435)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	18.535.176	16.560.759	14.730.205	18.535.201	16.560.759	14.730.205
Diversos	18.755.006	16.609.378	14.740.942	18.755.031	16.609.378	14.740.942
Provisão para outros créditos	(219.830)	(48.619)	(10.737)	(219.830)	(48.619)	(10.737)
PERMANENTE	8.678.669	8.254.576	8.021.784	7.883.816	7.568.261	7.447.611
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.988.894	3.964.971	3.824.698	3.194.039	3.278.656	3.250.525
Participações em coligadas e controladas:	3.727.158	3.727.613	3.610.277	2.932.303	3.041.298	3.036.104
- No país	3.726.018	3.726.366	3.609.134	2.931.163	3.040.051	3.034.961
- No exterior	1.140	1.247	1.143	1.140	1.247	1.143
Outros investimentos	280.451	256.039	233.147	280.451	256.039	233.147
Provisão para perdas	(18.715)	(18.681)	(18.726)	(18.715)	(18.681)	(18.726)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.580.428	2.164.942	2.070.980	2.580.430	2.164.942	2.070.980
Imóveis de uso	643.171	310.261	301.904	643.171	310.261	301.904
Reavaliações de imóveis de uso	743.718	744.011	807.801	743.718	744.011	807.801
Outras imobilizações de uso	5.063.196	4.697.398	4.308.168	5.063.198	4.697.398	4.308.168
Depreciações acumuladas	(3.869.657)	(3.586.728)	(3.346.893)	(3.869.657)	(3.586.728)	(3.346.893)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.108.562	2.122.238	2.117.153	2.108.562	2.122.238	2.117.153
Ativos intangíveis	3.044.111	2.990.846	2.782.932	3.044.111	2.990.846	2.782.932
Amortizações acumuladas	(935.549)	(868.608)	(665.779)	(935.549)	(868.608)	(665.779)
DIFERIDO	785	2.425	8.953	785	2.425	8.953
Gastos de organização e expansão	6.741	38.466	76.971	6.741	38.466	76.971
Amortizações acumuladas	(5.956)	(36.041)	(68.018)	(5.956)	(36.041)	(68.018)
TOTAL	814.487.216	702.939.666	596.370.638	814.303.455	702.894.971	596.257.957

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))		(Nota 3 (s))	(Nota 3 (s))
CIRCULANTE	497.047.323	442.926.329	401.022.662	496.863.562	442.881.634	400.909.981
DEPÓSITOS (Nota 14)	284.606.344	279.990.109	259.728.726	284.332.617	279.989.979	259.723.687
Depósitos à vista	25.241.675	27.381.103	23.970.198	25.241.672	27.381.099	23.970.189
Depósitos de poupança	189.699.809	175.566.036	161.923.834	189.699.809	175.566.036	161.923.834
Depósitos interfinanceiros	233.631	10.260.691	7.292.664	233.631	10.260.691	7.292.664
Depósitos a prazo	55.818.583	57.516.733	55.176.875	55.544.859	57.516.607	55.171.845
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.612.646	9.265.546	11.365.155	13.612.646	9.265.546	11.365.155
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	133.088.684	90.984.561	85.270.483	133.002.657	90.785.152	85.041.077
Carteira própria	59.173.167	44.478.327	40.353.383	59.087.140	44.278.918	40.123.977
Carteira de terceiros	73.915.517	46.506.234	44.917.100	73.915.517	46.506.234	44.917.100
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	23.314.677	16.835.519	14.221.726	23.314.677	16.835.519	14.221.726
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	19.976.163	13.708.836	14.221.726	19.976.163	13.708.836	14.221.726
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.338.514	3.126.683		3.338.514	3.126.683	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.639.680	372.381	1.278.190	1.639.680	372.381	1.278.190
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1.626.928	358.957	1.267.396	1.626.928	358.957	1.267.396
Correspondentes	12.752	13.424	10.794	12.752	13.424	10.794
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	716.526	1.385.371	414.958	716.526	1.385.371	414.958
Recursos em trânsito de terceiros	422.735	1.262.980	388.220	422.735	1.262.980	388.220
Transferências internas de recursos	293.791	122.391	26.738	293.791	122.391	26.738
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	841.781	43.300	217	841.781	43.300	217
Empréstimos no exterior	841.781	43.300	217	841.781	43.300	217
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	832.711	2.356.114	1.379.244	832.711	2.356.114	1.379.244
TESOURO NACIONAL - PIS	453.436	348.806	440.499	453.436	348.806	440.499
BNDES	113.590	1.633.823	92.503	113.590	1.633.823	92.503
FGTS	263.326	371.285	846.242	263.326	371.285	846.242
Outras	2.359	2.200		2.359	2.200	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	524	539	560	524	539	560
Instrumentos financeiros derivativos	524	539	560	524	539	560
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	52.006.396	50.958.435	38.728.558	52.182.389	51.113.279	38.850.322
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.052.618	258.984	1.050.198	1.052.618	258.984	1.050.198
Carteira de câmbio	164.237	93.105	76.050	164.237	93.105	76.050
Sociais e estatutárias	1.076.069	5.660.303	1.159.257	1.076.069	5.660.303	1.159.257
Fiscais e previdenciárias	1.775.864	1.656.481	1.611.812	1.951.461	1.811.050	1.733.477
Negociação e intermediação de valores	1.095	5.075	3.256	1.095	5.075	3.256
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital		989.075			989.075	
Recursos para destinação específica:	7.916.749	7.629.604	6.110.964	7.916.749	7.629.604	6.110.964
- Obrigações de operações com loterias	665.720	1.237.388	553.725	665.720	1.237.388	553.725
- Obrigações por fundos e programas sociais	6.691.093	5.893.513	4.924.696	6.691.093	5.893.513	4.924.696
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	559.936	498.703	632.543	559.936	498.703	632.543
Diversas	40.019.764	34.665.808	28.717.021	40.020.160	34.666.083	28.717.120
NÃO CIRCULANTE	291.827.341	235.540.610	172.976.173	291.827.341	235.540.610	172.976.173
DEPÓSITOS (Nota 14)	57.843.011	39.050.915	25.537.989	57.843.011	39.050.915	25.537.989
Depósitos interfinanceiros	44.318	32.742	6.388	44.318	32.742	6.388
Depósitos a prazo	57.798.693	39.018.173	25.531.601	57.798.693	39.018.173	25.531.601
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	3.232.779	3.123.417	2.100.149	3.232.779	3.123.417	2.100.149
Carteira própria	3.232.779	3.123.417	2.100.149	3.232.779	3.123.417	2.100.149
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	41.605.072	32.167.675	16.123.508	41.605.072	32.167.675	16.123.508
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	41.605.072	32.167.675	16.123.508	41.605.072	32.167.675	16.123.508
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	397.340		3.529	397.340		3.529
Empréstimos no exterior	397.340		3.529	397.340		3.529
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	138.778.044	121.381.325	102.659.368	138.778.044	121.381.325	102.659.368
TESOURO NACIONAL - PIS	298.744	406.796	22.823	298.744	406.796	22.823
BNDES	19.868.330	15.922.207	13.221.672	19.868.330	15.922.207	13.221.672
FGTS	117.930.235	104.424.931	89.204.080	117.930.235	104.424.931	89.204.080
Outras	680.735	627.391	210.793	680.735	627.391	210.793
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	49.971.095	39.817.278	26.551.630	49.971.095	39.817.278	26.551.630
Fiscais e previdenciárias	158.088	162.625	182.230	158.088	162.625	182.230
Dívidas subordinadas - elegíveis a capital	12.541.167	11.201.660	11.837.606	12.541.167	11.201.660	11.837.606
Instrum. híbridos de capital e dívida - elegíveis a capital	37.271.840	28.452.993	14.531.794	37.271.840	28.452.993	14.531.794
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	25.612.552	24.472.727	22.371.803	25.612.552	24.472.727	22.371.803
Capital social:	22.054.802	22.054.802	15.154.802	22.054.802	22.054.802	15.154.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	26.325.236	19.027.254	35.000.000	26.325.236	19.027.254
- Capital a realizar	(12.945.198)	(4.270.434)	(3.872.452)	(12.945.198)	(4.270.434)	(3.872.452)
Reserva de reavaliação	413.750	423.165	458.274	413.750	423.165	458.274
Reservas de lucros	3.062.938	2.693.064	4.459.454	3.062.938	2.693.064	4.459.454
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.420.908)	(698.304)	691.364	(1.420.908)	(698.304)	691.364
Lucros Acumulados	1.501.970		1.607.909	1.501.970		1.607.909
TOTAL	814.487.216	702.939.666	596.370.638	814.303.455	702.894.971	596.257.957

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual			Consolidado		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	17.032.886	32.240.074	28.553.105	17.032.886	32.240.074	28.553.105
Operações de crédito (Nota 8 (e))	10.936.237	20.825.234	16.537.613	10.936.237	20.825.234	16.537.613
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	2.982.584	6.565.551	9.834.965	2.982.584	6.565.551	9.834.965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (g))	1.541.969	1.958.184	(904.021)	1.541.969	1.958.184	(904.021)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(177.767)	(185.486)	9.522	(177.767)	(185.486)	9.522
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	1.649.728	2.898.931	3.022.332	1.649.728	2.898.931	3.022.332
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	100.135	177.660	52.694	100.135	177.660	52.694
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(12.363.574)	(23.052.944)	(20.369.584)	(12.356.927)	(23.043.169)	(20.348.061)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(7.876.881)	(14.520.923)	(13.375.359)	(7.870.234)	(14.511.148)	(13.353.836)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(2.199.990)	(4.117.252)	(3.359.229)	(2.199.990)	(4.117.252)	(3.359.229)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(45.525)	(93.140)		(45.525)	(93.140)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(2.241.178)	(4.321.629)	(3.634.996)	(2.241.178)	(4.321.629)	(3.634.996)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.669.312	9.187.130	8.183.521	4.675.959	9.196.905	8.205.044
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.964.821)	(6.076.316)	(5.309.628)	(2.971.067)	(6.085.399)	(5.327.412)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23)	3.425.259	6.574.590	5.769.031	3.425.259	6.574.590	5.769.031
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23)	654.948	1.257.222	1.080.237	654.948	1.257.222	1.080.237
Despesas de pessoal (Nota 24)	(3.786.247)	(7.513.950)	(6.217.996)	(3.786.695)	(7.514.845)	(6.218.750)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.344.009)	(4.514.690)	(3.977.204)	(2.344.781)	(4.516.324)	(3.981.065)
Despesas tributárias (Nota 29)	(597.510)	(1.128.031)	(1.021.048)	(597.524)	(1.128.083)	(1.021.430)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	93.795	153.478	152.975	93.000	142.913	138.146
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.819.060	5.316.337	3.622.437	2.814.843	5.320.400	3.624.482
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.230.117)	(6.221.272)	(4.718.060)	(3.230.117)	(6.221.272)	(4.718.063)
RESULTADO OPERACIONAL	1.704.491	3.110.814	2.873.893	1.704.892	3.111.506	2.877.632
RESULTADO NAO OPERACIONAL (Nota 28)	36.143	(14.699)	(92.147)	36.143	(14.699)	(92.147)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.740.634	3.096.115	2.781.746	1.741.035	3.096.807	2.785.485
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	280.234	424.798	358.028	279.833	424.106	354.289
Tributos correntes	(388.781)	(593.023)	(396.437)	(389.180)	(593.717)	(400.181)
Ativo fiscal diferido	1.189.172	1.240.432	1.027.468	1.189.170	1.240.434	1.027.472
Passivo fiscal diferido	(520.157)	(222.611)	(273.003)	(520.157)	(222.611)	(273.002)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(190.377)	(380.311)	(293.426)	(190.377)	(380.311)	(293.426)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.830.491	3.140.602	2.846.348	1.830.491	3.140.602	2.846.348

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.154.802	464.595	1.366.024	2.713.757	(137.798)		19.561.380
AJUSTES CPC 33(R1) (Nota 3 (s))					973.857		973.857
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(144.695)		(144.695)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO		5.557					5.557
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVLIAÇÃO						(4.813)	(4.813)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(11.878)				11.878	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						2.846.348	2.846.348
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			142.317			(142.317)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				237.356		(237.356)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(552.065)	(552.065)
Dividendos propostos						(313.766)	(313.766)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 (Nota 3 (s))	15.154.802	458.274	1.508.341	2.951.113	691.364	1.607.909	22.371.803
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	22.054.802	423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)		24.472.727
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (s))					233.687		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(956.291)		(1.306.821)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVLIAÇÃO		4.536					4.536
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVLIAÇÃO						(5.394)	(5.394)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(13.951)				13.951	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE						(581.157)	(581.157)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						3.140.602	3.140.602
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(618.842)	(618.842)
Dividendos propostos						(77.316)	(77.316)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.802	413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	22.054.802	421.700	1.669.327	1.023.737	(738.965)	1.001.399	25.432.000
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(681.943)		(681.943)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		2.219					2.219
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(2.297)	(2.297)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(10.169)				10.169	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE						(581.157)	(581.157)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						1.830.491	1.830.491
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			157.030			(157.030)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				212.844		(212.844)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(309.445)	(309.445)
Dividendos propostos						(77.316)	(77.316)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	22.054.802	413.750	1.826.357	1.236.581	(1.420.908)	1.501.970	25.612.552

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual			Consolidado		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	6.652.810	11.033.153	5.812.412	6.653.607	11.043.716	5.827.241
Lucro Líquido	1.830.491	3.140.602	2.846.348	1.830.491	3.140.602	2.846.348
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.822.319	7.892.551	2.966.064	4.823.116	7.903.114	2.980.893
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	1.790.976	1.588.399	(1.359.779)	1.790.976	1.588.399	(1.359.779)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.241.178	4.321.629	3.634.996	2.241.178	4.321.629	3.634.996
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	175.996	351.992	135.960	175.996	351.992	135.960
Depreciações e Amortizações	309.559	571.776	419.930	309.559	571.776	419.930
Impostos Diferidos	(669.015)	(1.017.821)	(1.027.468)	(669.013)	(1.017.823)	(1.027.468)
Despesas com provisões para causas judiciais	180.963	372.806	382.313	180.963	372.806	382.313
Resultado de Participação em Coligadas	(93.795)	(153.478)	(152.975)	(93.000)	(142.913)	(138.146)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	886.457	1.857.248	933.087	886.457	1.857.248	933.087
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(66.942)	(9.767.290)	16.774.565	(67.739)	(9.777.853)	17.557.456
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(13.259.152)	(13.791.350)	(98.537)	(13.259.152)	(13.791.350)	(98.537)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(21.898.890)	(23.653.774)	(10.432.150)	(21.898.890)	(23.653.774)	(10.432.150)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	722.463	987.882	(452.390)	665.121	951.125	(520.376)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	5.883.637	5.857.503	2.574.149	5.883.637	5.857.503	2.574.149
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.200.043)	(8.302.951)	(5.913.472)	(3.200.043)	(8.302.951)	(5.913.472)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(638.051)	(1.610.402)	(221.324)	(638.051)	(1.610.402)	(221.324)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	529.248	(300.348)	(942.716)	529.248	(300.348)	(942.716)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(39.990.152)	(68.877.344)	(48.052.057)	(39.990.152)	(68.877.344)	(48.052.057)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	1.292.397	(2.231.865)	(794.567)	1.664.169	(1.930.895)	(648.464)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(102.793)	(106.322)	(34.304)	(102.793)	(106.322)	(34.304)
(Redução) Aumento em Depósitos	19.146.217	23.408.333	25.419.740	19.155.837	23.408.459	25.432.638
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	33.948.599	42.213.484	31.079.341	34.136.481	42.412.894	31.733.268
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	8.137.297	15.916.555	9.267.690	8.137.297	15.916.555	9.267.690
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	(11)	(15)	(267)	(11)	(15)	(267)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.568.089	17.069.138	15.422.033	8.568.089	17.069.138	15.422.033
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	794.203	3.654.186	(46.604)	281.474	3.179.874	(8.655)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.585.868	1.265.863	22.586.977	6.585.868	1.265.863	23.384.697
Alienação de Imobilizado de Uso	6.567	72.486	3.236	6.567	72.486	3.236
Aquisição de Investimentos	0	0	0	0	0	(797.720)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(599.997)	(771.416)	(314.929)	(599.997)	(771.416)	(314.929)
Aquisição de Intangível	(365.861)	(493.307)	(283.899)	(365.861)	(493.307)	(283.899)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(959.291)	(1.192.237)	(595.592)	(959.291)	(1.192.237)	(1.393.312)
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.626.577	73.626	21.991.385	5.626.577	73.626	21.991.385
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	73.644.811	79.197.762	32.625.712	73.644.811	79.197.762	32.625.712
Caixa e Equivalentes no fim do período	79.271.388	79.271.388	54.617.097	79.271.388	79.271.388	54.617.097
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.626.577	73.626	21.991.385	5.626.577	73.626	21.991.385
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Juros pagos	9.761.823	19.706.750	18.758.475	9.761.823	19.706.750	18.758.475
Juros recebidos	12.635.355	26.894.671	27.394.683	12.635.355	26.894.671	27.394.683
Dividendos recebidos	441	451	215	10.121	10.132	7.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual						Consolidado					
	2013			2012			2013			2012		
	2º trimestre		1º semestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		1º semestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	21.727.118		41.051.895		35.297.666		21.722.901		41.055.958		35.299.710	
Intermediação financeira	17.032.886		32.240.074		28.553.105		17.032.886		32.240.074		28.553.105	
Prestação de serviços com tarifas	4.080.207		7.831.812		6.849.268		4.080.207		7.831.812		6.849.267	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(2.241.178)		(4.321.629)		(3.634.996)		(2.241.178)		(4.321.629)		(3.634.996)	
Outras	2.855.203		5.301.638		3.530.289		2.850.986		5.305.701		3.532.334	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.122.396		18.731.315		16.734.588		10.115.749		18.721.540		16.713.066	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	4.980.425		9.610.223		7.833.142		4.981.197		9.611.857		7.837.002	
Materiais, energia e outros	497.924		992.923		962.698		498.430		993.551		962.912	
Processamento de dados e comunicações	438.820		836.646		792.220		438.820		836.646		792.220	
Propaganda, publicidade e promoções	163.994		290.303		262.948		163.994		290.303		262.948	
Serviços de terceiros e especializados	471.392		923.846		751.989		471.658		924.852		755.633	
Serviços de vigilância e segurança	178.178		345.233		345.227		178.178		345.233		345.227	
Outras	3.230.117		6.221.272		4.718.060		3.230.117		6.221.272		4.718.062	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	313.193		686.962		607.453		313.193		686.962		607.453	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	568.176		1.002.416		786.829		568.176		1.002.416		786.829	
- Descontos de operações de crédito	112.120		161.922		202.878		112.120		161.922		202.878	
- Despesas com cartão de crédito/débito	243.437		455.716		396.560		243.437		455.716		396.560	
- Benefício pós-emprego	175.996		351.992		297.097		175.996		351.992		297.097	
- Provisões operacionais diversas	1.418.276		2.775.953		1.810.485		1.418.276		2.775.953		1.810.485	
- Demais	398.919		786.311		616.758		398.919		786.311		616.760	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.624.297		12.710.357		10.729.936		6.625.955		12.722.561		10.749.642	
5. RETENÇÕES	309.559		571.776		419.930		309.559		571.776		419.930	
Depreciação, amortização e exaustão	309.559		571.776		419.930		309.559		571.776		419.930	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.314.738		12.138.581		10.310.006		6.316.396		12.150.785		10.329.712	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	93.795		153.478		152.975		93.000		142.913		138.146	
Resultado da equivalência patrimonial	93.795		153.478		152.975		93.000		142.913		138.146	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.408.533	100,00	12.292.059	100,00	10.462.981	100,00	6.409.396	100,00	12.293.698	100,00	10.467.858	100,00
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.408.533	100,00	12.292.059	100,00	10.462.981	100,00	6.409.396	100,00	12.293.698	100,00	10.467.858	100,00
Pessoal	3.468.477	54,12	6.879.019	55,96	5.633.416	53,84	3.468.925	54,12	6.879.914	55,96	5.634.172	53,82
- Remuneração direta	2.578.075		5.127.249		4.322.901		2.578.499		5.128.098		4.323.627	
- Benefícios	726.286		1.423.389		1.023.719		726.286		1.423.389		1.023.719	
- FGTS	164.116		328.381		286.796		164.140		328.427		286.826	
Impostos, taxas e contribuições	825.424	12,88	1.718.476	13,98	1.541.025	14,72	825.838	12,88	1.719.219	13,98	1.545.146	14,76
- Federais	695.148		1.439.970		1.315.025		695.556		1.440.706		1.318.773	
- Estaduais	421		458		360		421		458		360	
- Municipais	129.855		278.048		225.640		129.861		278.055		226.013	
Remuneração de capitais de terceiros	284.142	4,43	553.963	4,51	442.192	4,23	284.142	4,43	553.963	4,51	442.192	4,22
- Aluguéis	284.142		553.963		442.192		284.142		553.963		442.192	
Remuneração de capitais próprios	386.761	6,04	696.158	5,66	865.831	8,28	386.762	6,03	696.159	5,66	865.831	8,27
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	386.761		696.158		865.831		386.762		696.159		865.831	
Lucros retidos	1.443.729	22,53	2.444.443	19,89	1.980.517	18,94	1.443.729	22,53	2.444.443	19,88	1.980.517	18,92

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	12
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	19
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	19
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	20
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	31
Nota 8 – Carteira de crédito	33
Nota 9 – Outros créditos.....	39
Nota 10 – Outros valores e bens	42
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	43
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível e diferido.....	48
Nota 14 – Depósitos	49
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	57
Nota 18 – Outras obrigações.....	58
Nota 19 – Patrimônio líquido	64
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)...	65
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	69
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	69
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	70
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	71
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	71
Nota 26 – Outras receitas operacionais	72
Nota 27 – Outras despesas operacionais	73
Nota 28 – Resultado não operacional	74
Nota 29 – Despesas tributárias	74
Nota 30 – Provisões para causas judiciais.....	75
Nota 31 – Partes relacionadas	78
Nota 32 – Benefícios a empregados	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	88
Nota 34 – Outras informações.....	99

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da CAIXA se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

A matriz da CAIXA está localizada no Setor Bancário Sul Quadra 4 Lotes 3/4 – Brasília, Distrito Federal, Brasil e atua em todo o território nacional e no exterior, com escritórios de representação no Japão, Estados Unidos e Venezuela.

Áreas de atuação

A CAIXA desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e de crédito rural, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal sendo o seu principal agente de políticas públicas.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras financeiras, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, saneamento e infraestrutura, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB) e o Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria (Nota 34 (a)).

A CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas, para cumprir o seu objeto social, e a adquirir participações acionárias em outras instituições, públicas ou privadas, do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculados, por meio da sua subsidiária integral CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR (Nota 11), conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto geral

As demonstrações contábeis individuais (“CAIXA INDIVIDUAL”) e consolidadas (“CAIXA CONSOLIDADO”) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2013 foram aprovadas pela deliberação do Conselho de Administração em 14 de agosto de 2013.

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico, aprovado pela Resolução CMN n° 4.144/2012; **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN n° 3.566/2008; **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa, aprovado pela Resolução CMN n° 3.604/2008; **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN n° 3.750/2009; **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN n° 3.989/2011; **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN n° 4.007/2011; **CPC 24** Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN n° 3.973/2011; e **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n° 3.823/2009.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e práticas contábeis adotadas no Brasil. Contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e sua subsidiária, CAIXAPAR, com a respectiva eliminação de todos os saldos e transações entre estas empresas quando da consolidação. As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados usando a mesma moeda funcional definida. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional no final do período.

Os itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio histórica na data de cada transação e o resultado é convertido pela média da taxa de câmbio do período.

(b) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa incluem valores em espécie, saldos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras de alta liquidez.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira e as aplicações em operações interfinanceiras e compromissadas de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentam risco reduzido de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos de curto prazo.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações serão levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (hedge) ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge contábil são utilizados na forma de hedge de fluxo de caixa. Nesta classificação, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações é registrada, líquidas dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

O instrumento de hedge utilizado é o Swap no mesmo valor da obrigação assumida. O Swap contratado permite que a CAIXA fique ativa em variação cambial mais taxa de juros e passiva em CDI, anulando o risco da variação cambial da dívida assumida. Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na nota de Gerenciamento do Risco Corporativo (Nota 33).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo especial (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(1) Operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na classificação dos riscos de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações, por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(k) Investimentos

Nas demonstrações contábeis, os investimentos em empresas cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(l) Imobilizado

Este grupo inclui os valores dos prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade da CAIXA destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciado pelo método linear sem valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados. A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos.

A CAIXA avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente (se esta for estimada novamente). Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Intangível

São ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos), sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

São reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, mensurados ao custo de aquisição menos a amortização acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis acumuladas.

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da CAIXA ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, as vidas úteis remanescentes desses ativos são revisadas ao final de cada período contábil, a fim de determinar se continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se o método linear.

A despesa de amortização do ativo intangível é reconhecida nas demonstrações contábeis e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de Folha de Pagamento ¹	Até 5 anos

(1) Referem-se a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

(n) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(p) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Provisões – são constituídas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA.

Passivos contingentes – classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações Legais (provisão para riscos fiscais): decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

(q) Benefícios a empregados

A CAIXA opera plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. A CAIXA também opera planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida e não geram ganhos ou perdas atuariais.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19.

Para os planos de benefício definido (BD), o CPC 33 (R1) estabeleceu alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se aplica a partir de 1 de janeiro de 2013 e implica no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta, outros ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos titulares (empregados CAIXA e aposentados) e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado, estabelecido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(r) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(s) Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2012 e de 30/06/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1)– Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Os efeitos da reapresentação dos componentes patrimoniais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos destes ajustes na base de créditos tributários considerando a realização em 10 anos também são imateriais.

Descrição	01/01/2012 a 30/06/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Ativo						
Circulante	321.351.012	321.812.504	-	-	321.351.012	321.812.504
Não Circulante	275.019.626	274.445.453	-	-	275.019.626	274.445.453
Total do Ativo	596.370.638	596.257.957			596.370.638	596.257.957
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	401.996.519	401.883.838	(973.857)	(973.857)	401.022.662	400.909.981
Outras Obrigações	39.702.415	39.824.179	(973.857)	(973.857)	38.728.558	38.850.322
Diversas	29.690.878	29.690.977	(973.857)	(973.857)	28.717.021	28.717.120
Não Circulante	172.976.173	172.976.173	-	-	172.976.173	172.976.173
Patrimônio Líquido	21.397.946	21.397.946	973.857	973.857	22.371.803	22.371.803
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(282.493)	(282.493)	973.857	973.857	691.364	691.364
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	596.370.638	596.257.957			596.370.638	596.257.957

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Ativo						
Circulante	350.905.556	351.547.176	-	-	350.905.556	351.547.176
Não Circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			702.939.666	702.894.971
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	584.217	584.217	442.926.329	442.881.634
Outras Obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não Circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio Líquido	25.056.944	25.056.944	(584.217)	(584.217)	24.472.727	24.472.727
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	702.939.666	702.894.971			702.939.666	702.894.971

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Total de Disponibilidades (caixa)	6.097.970	8.035.967	4.371.999
Disponibilidade em moeda nacional	5.834.710	6.534.096	4.309.733
Disponibilidade em moeda estrangeira	263.260	1.501.871	62.266
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	73.173.418	71.161.795	50.245.098
Total	79.271.388	79.197.762	54.617.097

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	9.762.796	1.823.201	11.585.997	25.612.121	5.404.386
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	5.448.911	428.240
Letras do Tesouro Nacional	1.152.139	791.203	1.943.342	18.993.220	975.721
Notas do Tesouro Nacional	8.610.657	1.031.998	9.642.655	1.169.990	4.000.425
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	74.476.525	-	74.476.525	46.492.475	44.840.712
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	14.485.765	10.479.489
Letras do Tesouro Nacional	32.974.204	-	32.974.204	11.295.496	9.859.668
Notas do Tesouro Nacional	41.502.321	-	41.502.321	20.711.214	24.501.555
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.223.687	1.700.036	4.923.723	3.078.676	2.162.127
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.224.575	1.700.200	4.924.775	3.078.757	2.162.173
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(888)	(164)	(1052)	(81)	(46)
Total - ativo circulante	87.463.008	3.523.237	90.986.245	75.183.272	52.407.225

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	1.608.761	2.943.086	2.865.084
Posição bancada	551.187	992.983	619.020
Posição financiada	1.057.574	1.950.103	2.246.064
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	57.231	106.463	89.304
Total	1.665.992	3.049.549	2.954.388

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL					Total
	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	76.023.915	60.559.650	2.830.762	897	-	139.415.224
Letras Financeiras do Tesouro	365.078	4.604.018	4.820	-	-	4.973.916
Letras do Tesouro Nacional	73.896.698	29.609.014	2.823.679	897	-	106.330.288
Notas do Tesouro Nacional	1.751.055	26.346.618	2.263	-	-	28.099.936
Tesouro Nacional/ Securitizados	11.084	-	-	-	-	11.084
Títulos - Empresas	15.727.675	48.680	-	-	-	15.776.355
Debêntures	6.727.675	48.680	-	-	-	6.776.355
Letras de Crédito Imobiliário	625.676	-	-	-	-	625.676
Letras Financeiras	131.484	-	-	-	-	131.484
Cotas de Fundos	41.477	-	-	-	-	41.477
Certificado de Recebíveis Imobiliários	922.692	-	-	-	-	922.692
Ações	7.278.671	-	-	-	-	7.278.671
Outros	-	-	-	-	118.040	118.040
Total em 30/06/2013	91.751.590	60.608.330	2.830.762	897	118.040	155.309.619
Total em 31/12/2012	89.732.271	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.465.317
Total em 30/06/2012	86.217.517	40.472.327	1.024.434	988	-	127.715.266

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos	76.023.915	60.559.650	2.830.762	897	-	139.415.224
Letras Financeiras do Tesouro	365.078	4.604.018	4.820	-	-	4.973.916
Letras do Tesouro Nacional	73.896.698	29.609.014	2.823.679	897	-	106.330.288
Notas do Tesouro Nacional	1.751.055	26.346.618	2.263	-	-	28.099.936
Tesouro Nacional/ Securitizados	11.084	-	-	-	-	11.084
Títulos - Empresas	16.262.875	48.680	-	-	-	16.311.555
Debêntures	6.727.675	48.680	-	-	-	6.776.355
Letras de Crédito Imobiliário	625.676	-	-	-	-	625.676
Letras Financeiras	131.484	-	-	-	-	131.484
Cotas de Fundos	41.477	-	-	-	-	41.477
Certificado de Recebíveis Imobiliários	922.692	-	-	-	-	922.692
Ações	7.813.871	-	-	-	-	7.813.871
Outros	-	-	-	-	118.040	118.040
Total em 30/06/2013	92.286.790	60.608.330	2.830.762	897	118.040	155.844.819
Total em 31/12/2012	90.230.715	46.966.526	1.683.394	998	82.128	138.963.761
Total em 30/06/2012	86.618.608	40.472.327	1.024.434	988	-	128.116.357

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 30/06/2013	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. Líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	141.005.059	(1.588.762)	(1.073)	139.415.224	141.736.548	-	17.733.851	3.236.678	24.597.534	93.847.161
Letras Financeiras do Tesouro	4.973.800	149	(33)	4.973.916	4.974.692	-	24.834	31.279	4.437.096	480.707
Letras do Tesouro Nacional	107.913.565	(1.583.277)	-	106.330.288	106.427.650	-	17.709.017	3.205.399	19.371.761	66.044.111
Notas do Tesouro Nacional	28.102.837	(5.634)	2.733	28.099.936	30.323.122	-	-	-	788.677	27.311.259
Tesouro Nacional/Securitized	14.857	-	(3.773)	11.084	11.084	-	-	-	-	11.084
Títulos - Empresas	17.747.128	363	(1.971.136)	15.776.355	15.776.355	7.320.148	86	47.712	89.905	8.318.504
Debêntures	6.803.406	275	(27.326)	6.776.355	6.776.355	-	86	47.712	89.905	6.638.652
Letras de Crédito Imobiliário	626.269	-	(593)	625.676	625.676	-	-	-	-	625.676
Letras Financeiras	131.567	-	(83)	131.484	131.484	-	-	-	-	131.484
Cotas de Fundos	41.477	-	-	41.477	41.477	41.477	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	856.053	88	66.551	922.692	922.692	-	-	-	-	922.692
Ações	9.288.356	-	(2.009.685)	7.278.671	7.278.671	7.278.671	-	-	-	-
Total – TVM	158.752.187	(1.588.399)	(1.972.209)	155.191.579	157.512.903	7.320.148	17.733.937	3.284.390	24.687.439	102.165.665
Para Negociação	100.786.683	(1.588.399)	-	99.198.284	99.198.284	27.863	17.733.851	3.205.399	21.108.024	57.123.147
Disponíveis para Venda	17.552.388	-	(1.972.209)	15.580.179	15.580.179	7.292.285	86	78.991	89.905	8.118.912
Mantidos até o Vencimento	40.413.116	-	-	40.413.116	42.734.440	-	-	-	3.489.510	36.923.606
Instrumentos Financeiros Derivativos	118.040	-	-	118.040	118.040	118.040	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	158.870.227	(1.588.399)	(1.972.209)	155.309.619	157.630.943	7.438.188	17.733.937	3.284.390	24.687.439	102.165.665

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 30/06/2013	Custo	*Ajuste Resultado	**Ajuste Patr. Líq.	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	141.005.059	(1.588.762)	(1.073)	139.415.224	141.736.548	-	17.733.851	3.236.678	24.597.534	93.847.161
Letras Financeiras do Tesouro	4.973.800	149	(33)	4.973.916	4.974.692	-	24.834	31.279	4.437.096	480.707
Letras do Tesouro Nacional	107.913.565	(1.583.277)	-	106.330.288	106.427.650	-	17.709.017	3.205.399	19.371.761	66.044.111
Notas do Tesouro Nacional	28.102.837	(5.634)	2.733	28.099.936	30.323.122	-	-	-	788.677	27.311.259
Tesouro Nacional/Securitizedos	14.857	-	(3.773)	11.084	11.084	-	-	-	-	11.084
Títulos - Empresas	17.844.772	363	(1.533.580)	16.311.555	16.311.555	7.855.348	86	47.712	89.905	8.318.504
Debêntures	6.803.406	275	(27.326)	6.776.355	6.776.355	-	86	47.712	89.905	6.638.652
Letras de Crédito Imobiliário	626.269	-	(593)	625.676	625.676	-	-	-	-	625.676
Letras Financeiras	131.567	-	(83)	131.484	131.484	-	-	-	-	131.484
Cotas de Fundos	41.477	-	-	41.477	41.477	41.477	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	856.053	88	66.551	922.692	922.692	-	-	-	-	922.692
Ações	9.386.000	-	(1.572.129)	7.813.871	7.813.871	7.813.871	-	-	-	-
Total – TVM	158.849.831	(1.588.399)	(1.534.653)	155.726.779	158.048.103	7.855.348	17.733.937	3.284.390	24.687.439	102.165.665
Para negociação	100.786.683	(1.588.399)	-	99.198.284	99.198.284	27.863	17.733.851	3.205.399	21.108.024	57.123.147
Disponíveis para Venda	17.650.032	-	(1.534.653)	16.115.379	16.115.379	7.827.485	86	78.991	89.905	8.118.912
Mantidos até o Vencimento	40.413.116	-	-	40.413.116	42.734.440	-	-	-	3.489.510	36.923.606
Instrumentos Financeiros Derivativos	118.040	-	-	118.040	118.040	118.040	-	-	-	-
Total – TVM e Derivativos	158.967.871	(1.588.399)	(1.534.653)	155.844.819	158.166.143	7.973.388	17.733.937	3.284.390	24.687.439	102.165.665

*Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

**Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido);

Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO														
Descrição	30/06/2013					31/12/2012			30/06/2012					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	17.733.851	3.205.399	21.108.024	57.105.914	100.741.950	(1.588.762)	99.153.188	74.312.660	1.152.089	75.464.749	64.140.079	1.358.658	65.498.737
LFT	-	24.834	-	1.514.064	12.129	1.550.878	149	1.551.027	2.973.233	(258)	2.972.975	4.605.659	2.070	4.607.729
LTN	-	17.709.017	3.205.399	18.805.283	57.083.726	98.386.702	(1.583.277)	96.803.425	63.455.737	1.136.276	64.592.013	56.109.969	1.313.432	57.423.401
NTN	-	-	-	788.677	10.059	804.370	(5.634)	798.736	7.883.690	16.071	7.899.761	3.424.451	43.156	3.467.607
Títulos - Empresas	27.863	-	-	-	17.233	44.733	363	45.096	78.805	956	79.761	76.428	1.121	77.549
Debêntures	-	-	-	-	13.935	13.660	275	13.935	40.408	767	41.175	44.445	864	45.309
Cotas de Fundos	27.863	-	-	-	-	27.863	-	27.863	34.466	-	34.466	25.936	-	25.936
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	3.298	3.210	88	3.298	3.931	189	4.120	6.047	257	6.304
Total	27.863	17.733.851	3.205.399	21.108.024	57.123.147	100.786.683	(1.588.399)	99.198.284	74.391.465	1.153.045	75.544.510	64.216.507	1.359.779	65.576.286

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL														
Descrição	30/06/2013					Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	31/12/2012			30/06/2012		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	31.279	-	18.384	50.736	(1.073)	49.663	95.327	397	95.724	1.208.768	(156.624)	1.052.144
LFT	-	-	31.279	-	-	31.312	(33)	31.279	75.517	(30)	75.487	116.368	95	116.463
NTN	-	-	-	-	7.300	4.567	2.733	7.300	4.496	3.897	8.393	4.312	3.096	7.408
Tesouro Nacional/Securitized	-	-	-	-	11.084	14.857	(3.773)	11.084	15.314	(3.470)	11.844	1.088.088	(159.815)	928.273
Títulos – Empresas	7.292.285	86	47.712	89.905	8.100.528	17.501.652	(1.971.136)	15.530.516	17.190.744	(718.408)	16.472.336	5.713.472	(718.685)	4.994.787
Debêntures	-	86	47.712	89.905	6.624.717	6.789.746	(27.326)	6.762.420	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.689.083	(15.918)	2.673.165
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	625.676	626.269	(593)	625.676	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	131.484	131.567	(83)	131.484	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	13.614	-	-	-	-	13.614	-	13.614	12.780	-	12.780	9.100	-	9.100
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	718.651	652.100	66.551	718.651	682.819	96.210	779.029	397.366	(13.516)	383.850
Ações	7.278.671	-	-	-	-	9.288.356	(2.009.685)	7.278.671	9.517.923	(798.896)	8.719.027	2.617.923	(689.251)	1.928.672
Total	7.292.285	86	78.991	89.905	8.118.912	17.552.388	(1.972.209)	15.580.179	17.286.071	(718.011)	16.568.060	6.922.240	(875.309)	6.046.931

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.111.058); 31/12/2012 – (410.774); 30/06/2012 – (500.767), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO														
Descrição	30/06/2013					Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	31/12/2012			30/06/2012		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	31.279	-	18.384	50.736	(1.073)	49.663	95.327	397	95.724	1.208.768	(156.624)	1.052.144
LFT	-	-	31.279	-	-	31.312	(33)	31.279	75.517	(30)	75.487	116.368	95	116.463
NTN	-	-	-	-	7.300	4.567	2.733	7.300	4.496	3.897	8.393	4.312	3.096	7.408
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	11.084	14.857	(3.773)	11.084	15.314	(3.470)	11.844	1.088.088	(159.815)	928.273
Títulos – Empresas	7.827.485	86	47.712	89.905	8.100.528	17.599.296	(1.533.580)	16.065.716	17.327.958	(357.178)	16.970.780	5.817.556	(421.678)	5.395.878
Debêntures	-	86	47.712	89.905	6.624.717	6.789.746	(27.326)	6.762.420	6.569.932	(15.666)	6.554.266	2.689.083	(15.918)	2.673.165
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	-	-	625.676	626.269	(593)	625.676	324.929	(98)	324.831	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	131.484	131.567	(83)	131.484	82.361	42	82.403	-	-	-
Cotas de Fundos	13.614	-	-	-	-	13.614	-	13.614	52.351	-	52.351	9.305	-	9.305
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	718.651	652.100	66.551	718.651	682.819	96.210	779.029	397.366	(13.516)	383.850
Ações	7.813.871	-	-	-	-	9.386.000	(1.572.129)	7.813.871	9.615.566	(437.666)	9.177.900	2.721.802	(392.244)	2.329.558
Total	7.827.485	86	78.991	89.905	8.118.912	17.650.032	(1.534.653)	16.115.379	17.423.285	(356.781)	17.066.504	7.026.324	(578.302)	6.448.022

(1) Ajuste a valor de mercado (Patrimônio Líquido), inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (673.502); 31/12/2012 – (49.544); 30/06/2012 – (203.760), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	30/06/2013						31/12/2012		30/06/2012	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	-	-	3.489.512	36.722.861	40.212.373	42.533.697	46.058.085	54.225.211	55.882.920	61.189.260
LFT	-	-	2.923.032	468.578	3.391.610	3.392.386	3.305.191	3.305.164	4.764.241	4.768.151
LTN	-	-	566.480	8.960.383	9.526.863	9.624.226	9.037.896	9.660.211	8.566.565	9.091.271
NTN	-	-	-	27.293.900	27.293.900	29.517.085	33.714.998	41.259.836	42.550.921	47.328.774
Tesouro Nacional/ Securitized	-	-	-	-	-	-	-	-	1.193	1.064
Títulos - Empresas	-	-	-	200.743	200.743	200.743	212.534	260.737	209.129	235.469
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	200.743	200.743	200.743	212.534	260.737	209.129	235.469
Total	-	-	3.489.512	36.923.604	40.413.116	42.734.440	46.270.619	54.485.948	56.092.049	61.424.729

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	(104.103)	509.877	3.570.423
Ativos financeiros disponíveis para venda	237.145	310.646	225.889
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.185.245	2.698.595	3.083.443
Outros	(1.695)	(3.116)	822
Total	1.316.592	3.516.002	6.880.577

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados na BM&FBovespa ou na Cetip de duas formas: com ou sem garantia.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(e.1) Hedge Contábil

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos.

Em 22/05/2013 foi internalizada a última tranche do saldo da emissão que permanecia no exterior, com a realização da respectiva operação de swap classificada como hedge de fluxo de caixa com o objetivo de proteger os fluxos de pagamentos resultantes da emissão externa da variação da taxa de câmbio, trocando o custo da emissão pela variação do CDI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002 para a efetividade do hedge.

O efeito de marcação a mercado deste hedge de fluxo de caixa, registrado no Patrimônio Líquido, é de R\$ 172.696, líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.2) Características da 1ª série:

- Objeto do hedge: Variação cambial do cupom da emissão, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2017; variação cambial do principal, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017; variação cambial do imposto devido, 15% sobre o cupom a pagar ou US\$ 2,1 milhões semestrais.
- Instrumentos de hedge: Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom; Ponta Passiva Swap: % da variação do CDI.

O saldo total da emissão externa, objeto do hedge, apresentou em 30/06/2013 valor justo de R\$ 2.161.653.041,57 (31/12/2012 R\$ 2.048.222.124,67).

(e.3) Características 2ª série:

- Objeto do hedge: Variação cambial do cupom da emissão, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2013 e 2012; variação cambial do principal, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2012; variação cambial do imposto devido, 15% sobre o cupom a pagar ou US\$ 1,5 milhões semestrais.
- Instrumentos de hedge: Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom; Ponta Passiva Swap: % da variação do CDI.

O saldo total da emissão externa, objeto do hedge, apresentou em 30/06/2013 valor justo de R\$ 1.062.844.464,33 (31/12/2012 R\$ 1.057.724.646,17).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2013					31/12/2012	30/06/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	12.399.840	1.957	15.575.939	52.673.921	80.651.657	67.244.406	52.077.382
Contratos de Swaps	397.547	-	-	-	397.547	225	266

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2013					31/12/2012	30/06/2012
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas Patrimoniais							
Swap posição comprada – a receber	118.040	-	-	-	118.040	82.128	-
Swap posição vendida – a pagar	524	-	-	-	524	539	560

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Swap	32.435	32.396	(41)
Futuro	1.509.534	1.925.788	(903.980)
Total realizado	1.541.969	1.958.184	(904.021)
Swap – não realizado (1)	(171.514)	(177.858)	-

(1) Ajuste no Patrimônio Líquido

(h) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Títulos públicos	2.831.659	1.684.392	1.025.422
Letras Financeiras do Tesouro	4.820	4.656	4.490
Letras do Tesouro Nacional	2.824.576	1.676.135	45.528
Notas do Tesouro Nacional	2.263	3.601	975.404

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.780.638	6.564.440	5.539.161
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	37.538.014	34.991.876	32.123.957
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	10.513.174	6.900.303	5.855.744
Compulsório adicional	Taxa SELIC	26.670.631	23.742.887	24.566.635
Total		80.502.457	72.199.506	68.085.497

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	70.740	64.996	99.472
FCVS a receber	23.506.694	21.727.118	21.448.511
Não habilitados (1)	1.620.940	1.702.295	1.575.606
Habilitados e não homologados (2)	6.798.522	6.534.937	6.278.178
Habilitados e homologados (3)	15.087.232	13.489.886	13.594.727
Provisão FCVS a receber	(3.081.251)	(3.015.221)	(3.020.919)
Total (líquido de provisão)	20.496.183	18.776.893	18.527.064

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

A CAIXA possui um estoque de 7.975 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 933.456. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	1.112.927	2.099.495	2.316.654
Créditos vinculados ao SFH	536.801	799.436	705.678
Total	1.649.728	2.898.931	3.022.332

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Empréstimos e Títulos descontados	22.348.803	51.416.774	22.140.139	17.987.763	4.574.644	2.890.159	860.580	658.845	3.022.469	125.900.176	102.241.779	81.783.018
Financiamentos	9.100.872	9.443.836	2.277.022	1.941.316	649.246	253.731	231.536	181.242	1.584.123	25.662.924	19.589.276	17.412.562
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.386	32.063	90.167	96.821	59.145	11	-	-	-	289.593	157.520	-
Financiamentos Imobiliários	1.954.987	142.696.811	28.589.337	51.114.347	2.896.162	1.214.491	1.061.359	731.402	8.262.902	238.521.798	205.788.891	177.242.564
Financiamentos de Infraestrutura	13.041.713	7.658.619	3.194.820	3.655.307	2.278.143	169.456	6.155	-	-	30.004.213	23.536.770	21.162.689
Cessão de créditos	-	2.179.873	26.695	19.451	6.817	4.283	936	88	-	2.238.143	2.425.267	-
Outros Créditos (Nota 9 (d))	127.721	3.897.107	3.238.360	903.238	81.394	290.364	14.978	9.050	119.256	8.681.468	7.499.866	5.057.517
Total	46.585.482	217.325.083	59.556.540	75.718.243	10.545.551	4.822.495	2.175.544	1.580.627	12.988.750	431.298.315	361.239.369	302.658.350
Prov. p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.086.625)	(595.565)	(2.271.547)	(1.054.555)	(1.446.748)	(1.087.773)	(1.106.448)	(12.988.750)	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.332)
Total líq. de provisões em 30/06/2013	46.585.482	216.238.458	58.960.975	73.446.696	9.490.996	3.375.747	1.087.771	474.179	-	409.660.304		
Total líq. de provisões em 31/12/2012	33.181.473	178.822.947	55.777.329	60.943.213	9.692.937	1.770.031	846.915	283.426	-		341.318.271	
Total líq. de Provisões em 30/06/2012	33.554.777	146.772.473	46.745.704	48.416.743	6.890.129	1.476.450	753.782	341.960	-			284.952.018

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Empréstimos e títulos descontados	(257.084)	(221.401)	(539.633)	(457.464)	(867.048)	(430.290)	(461.192)	(3.022.469)	(6.256.581)	(6.362.200)	(4.900.937)
Financiamentos	(47.219)	(22.770)	(58.239)	(64.925)	(76.119)	(115.768)	(126.869)	(1.584.123)	(2.096.032)	(1.738.562)	(1.445.586)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(160)	(902)	(2.905)	(5.915)	(3)	-	-	-	(9.885)	(2.651)	-
Financiamentos imobiliários	(713.484)	(285.893)	(1.533.430)	(289.616)	(364.347)	(530.680)	(511.981)	(8.262.902)	(12.492.333)	(11.302.523)	(11.015.315)
Financiamentos de infraestrutura	(38.293)	(31.948)	(109.659)	(227.814)	(50.837)	(3.078)	-	-	(461.629)	(246.826)	(208.206)
Cessão de créditos	(10.899)	(267)	(584)	(682)	(1.285)	(468)	(66)	-	(14.251)	(64.441)	-
Outros Créditos (Nota 9 (d))	(19.486)	(32.384)	(27.097)	(8.139)	(87.109)	(7.489)	(6.340)	(119.256)	(307.300)	(203.895)	(136.288)
Total	(1.086.625)	(595.565)	(2.271.547)	(1.054.555)	(1.446.748)	(1.087.773)	(1.106.448)	(12.988.750)	(21.638.011)	(19.921.098)	(17.706.332)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013 estes contratos estão classificados como em curso normal refletindo a atual situação das operações. Os valores de 31/12/2012 e de 30/06/2012 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
01 a 30 dias	2.042.585	8.299.864	2.183.484	2.254.648	461.315	157.585	50.327	32.696	315.186	15.797.690	12.366.352	11.088.198
31 a 60 dias	868.690	4.977.235	1.259.865	1.321.944	231.857	102.330	21.477	15.021	161.185	8.959.604	7.277.410	5.831.518
61 a 90 dias	742.922	4.497.426	1.238.853	1.240.034	204.704	96.034	18.541	13.750	146.427	8.198.691	6.646.099	5.254.256
91 a 180 dias	1.810.859	12.251.763	3.405.049	3.448.545	624.689	272.672	50.268	37.778	399.569	22.301.192	18.354.537	14.394.632
181 a 360 dias	3.005.075	20.088.966	5.604.732	5.856.282	931.395	458.194	64.967	45.649	518.013	36.573.273	30.563.924	24.289.891
Acima de 360 dias	37.950.762	160.978.202	35.776.486	52.097.270	5.164.498	1.627.103	410.346	297.676	3.883.820	298.186.163	252.660.073	207.092.599
Total	46.420.893	211.093.456	49.468.469	66.218.723	7.618.458	2.713.918	615.926	442.570	5.424.200	390.016.613	327.868.395	267.951.094

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Parcelas Vencidas	2.466	73.422	754.289	1.155.776	1.058.969	943.975	896.961	710.926	3.623.901	9.220.685	4.839.051	6.655.322
01 a 30 dias	2.258	73.422	480.803	305.177	113.752	35.867	21.995	15.727	127.738	1.176.739	1.284.166	958.333
31 a 60 dias	-	-	271.436	512.891	140.669	54.827	37.077	21.884	150.381	1.189.165	486.903	749.902
61 a 90 dias	-	-	2.050	204.368	574.167	165.240	63.382	34.823	182.921	1.226.951	581.120	964.681
91 a 180 dias	-	-	-	133.340	229.967	503.084	652.743	534.251	688.444	2.741.829	1.182.001	1.873.950
181 a 360 dias	-	-	-	-	414	184.957	121.764	104.202	2.322.728	2.734.065	1.289.982	2.023.696
Acima de 360 dias	208	-	-	-	-	-	-	39	151.689	151.936	14.879	84.760
Parcelas Vincendas	162.123	6.158.205	9.333.782	8.343.744	1.868.124	1.164.602	662.657	427.131	3.940.649	32.061.017	28.531.923	28.051.934
01 a 30 dias	2.391	94.347	184.933	148.360	49.838	23.978	12.826	9.869	82.737	609.279	716.450	597.579
31 a 60 dias	2.276	72.620	107.213	100.585	27.630	19.984	8.971	6.788	54.999	401.066	581.488	431.629
61 a 90 dias	2.276	72.611	105.616	98.533	27.389	19.649	8.900	6.663	54.274	395.911	570.866	426.174
91 a 180 dias	6.828	217.503	361.997	333.261	96.423	63.201	29.734	21.705	172.033	1.302.685	1.656.441	1.249.630
181 a 360 dias	13.653	434.016	713.395	651.801	187.841	121.621	58.184	42.090	333.057	2.555.658	3.009.399	2.333.838
Acima de 360 dias	134.699	5.267.108	7.860.628	7.011.204	1.479.003	916.169	544.042	340.016	3.243.549	26.796.418	21.997.279	23.013.084
Total	164.589	6.231.627	10.088.071	9.499.520	2.927.093	2.108.577	1.559.618	1.138.057	7.564.550	41.281.702	33.370.974	34.707.256

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
SETOR PÚBLICO	33.830.304	27.904.029	23.938.146
Administração Direta	17.726.840	15.529.379	12.555.032
Administração Indireta – Petroquímico	11.211.569	8.152.428	8.164.141
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.868.762	3.128.485	2.806.615
Administração Indireta – Outros	1.023.133	1.093.737	412.358
SETOR PRIVADO	397.468.011	333.335.340	278.720.204
PESSOA JURÍDICA	92.118.479	73.585.184	58.150.485
Comércio varejista	20.244.259	14.969.525	11.142.217
Construção civil	10.323.624	9.120.387	7.398.107
Siderurgia e Metalurgia	9.283.572	8.758.384	8.411.058
Energia elétrica	6.907.739	4.486.336	5.813.456
Serviços financeiros	6.084.553	5.040.876	2.033.551
Outras indústrias	5.420.944	4.512.659	2.633.095
Transporte	4.981.005	2.888.413	2.326.984
Agronegócio e Extrativismo	4.317.092	4.518.545	4.239.697
Comércio atacadista	3.860.683	2.820.862	2.076.261
Saúde	3.095.429	2.505.327	1.928.594
Saneamento e infraestrutura	2.214.177	1.957.710	1.224.357
Petroquímico	1.943.461	1.832.630	1.699.341
Têxtil	1.732.035	1.403.222	1.136.913
Comunicação	1.550.496	1.398.838	1.252.736
Alimentação	1.543.141	1.234.634	781.114
Serviços pessoais	279.145	193.357	133.151
Outros serviços	8.337.124	5.943.479	3.919.853
PESSOA FÍSICA	305.349.532	259.750.156	220.569.719
Total	431.298.315	361.239.369	302.658.350

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	5.903.436	11.124.029	8.676.473
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.591	4.604	-
Financiamentos imobiliários	4.530.005	8.739.525	7.099.720
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	497.215	951.531	756.132
Outros créditos	2.990	5.545	5.288
Total	10.936.237	20.825.234	16.537.613

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	30/06/2013	%	31/12/2012	%	30/06/2012	%
Principal devedor	11.211.567	2,60	8.152.429	2,26	8.164.141	2,70
10 maiores devedores	35.426.147	8,22	30.568.676	8,46	29.843.239	9,86
20 maiores devedores	45.134.379	10,48	38.952.533	10,78	36.063.129	11,92
50 maiores devedores	58.717.754	13,63	49.871.315	13,81	45.404.455	15,00
100 maiores devedores	66.481.839	15,43	56.589.889	15,67	51.509.130	17,02

(g) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Operações Renegociadas	1.576.941	2.696.609	1.700.919
Operações Comerciais	1.521.527	2.419.041	1.266.174
Operações Habitacionais	55.414	277.568	434.745
Operações Recuperadas	234.644	357.924	316.401
Operações Comerciais	232.087	300.368	147.619
Operações Habitacionais	2.557	57.556	168.782

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Saldo inicial	(20.724.487)	(19.921.098)	(15.837.093)
Constituição	(3.886.227)	(5.966.678)	(5.511.420)
Baixas	1.645.049	1.645.049	1.876.424
Transferência para prejuízo	1.327.654	2.604.716	1.765.757
Saldo final	(21.638.011)	(21.638.011)	(17.706.332)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Créditos por Avais e Finanças Honradas	35.156	31.799	35.400
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	587.146	114.195	74.406
Rendas a Receber	1.705.239	1.623.801	1.712.315
Convênios Setor Privado	96.972	96.011	83.778
Convênios Setor Público	409.717	347.920	262.425
Administração de Fundos de Investimento	96.040	75.480	71.902
Administração de Fundos e Programas Sociais	959.624	978.156	1.145.435
Repasse Orçamento Geral da União	142.886	126.234	148.775
Negociação e Intermediação de valores	186.379	4.714	6.016
Créditos Específicos	688.410	692.906	649.101
Diversos – Nota 9 (b)	44.988.782	43.388.426	31.988.922
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(307.300)	(203.895)	(136.288)
Total	47.883.812	45.651.946	34.329.872
Ativo circulante	29.348.636	29.091.187	19.599.667
Ativo não circulante	18.535.176	16.560.759	14.730.205

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Créditos por Avais e Finanças Honradas	35.156	31.799	35.400
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	587.146	114.195	74.406
Rendas a Receber	1.779.133	1.764.138	1.768.705
Dividendos e JCP a receber	73.894	140.337	56.390
Convênios Setor Privado	96.972	96.011	83.778
Convênios Setor Público	409.717	347.920	262.425
Administração de Fundos de Investimento	96.040	75.480	71.902
Administração de Fundos e Programas Sociais	959.624	978.156	1.145.435
Repasse OGU	142.886	126.234	148.775
Negociação e Intermediação de valores	186.379	4.714	6.016
Créditos Específicos	688.410	692.906	649.101
Diversos – Nota 9 (b)	44.990.780	43.391.265	31.992.933
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(307.300)	(203.895)	(136.288)
Total	47.959.704	45.795.122	34.390.273
Ativo circulante	29.424.503	29.234.363	19.660.068
Ativo não circulante	18.535.201	16.560.759	14.730.205

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Créditos tributários - Nota 20	18.629.642	16.438.805	14.792.394	18.629.667	16.438.827	14.792.401
Devedores por depósitos em garantia - Nota 30 a (iii)	10.837.495	10.342.797	9.915.313	10.837.495	10.342.797	9.915.313
Adiantamentos e antecipações salariais	388.837	142.038	339.019	388.837	142.038	339.019
Pagamentos a ressarcir	564.627	833.519	283.431	562.064	832.298	281.838
Participações pagas antecipadamente (1)	618.843	5.188.673	-	618.843	5.188.673	-
Impostos e contribuições a compensar	15.823	146.398	46.804	20.359	150.437	52.401
Cartão de crédito (2)	4.980.506	4.666.011	3.582.128	4.980.506	4.666.011	3.582.128
Prêmio em aquisição de carteiras	976.505	618.295	310.787	976.505	618.295	310.787
Seguros a receber	96.520	65.924	132.327	96.520	65.924	132.327
Créditos a receber - cessão de créditos	103.211	100.330	1.473.091	103.211	100.330	1.473.091
Valores a receber - créditos imobiliários securitizados	-	-	1.485	-	-	1.485
Valores a receber - adm. fundos e programas sociais	461.242	448.473	439.376	461.242	448.473	439.376
Valores a receber - royalties	2.357.896	-	-	2.357.896	-	-
Créditos adquiridos	3.716.708	2.838.928	97.507	3.716.708	2.838.928	97.507
Valores a apropriar (3)	1.144.736	1.407.453	652.075	1.144.736	1.407.453	652.075
Outros devedores (4)	152.031	203.371	146.933	152.031	203.370	146.933
Provisão para perdas - Diversos (5)	(55.840)	(52.589)	(223.748)	(55.840)	(52.589)	(223.748)
Total	44.988.782	43.388.426	31.988.922	44.990.780	43.391.265	31.992.933
Ativo circulante	26.233.776	26.779.048	17.247.980	26.235.749	26.781.887	17.251.991
Ativo não circulante	18.755.006	16.609.378	14.740.942	18.755.031	16.609.378	14.740.942

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com e sem característica de concessão de crédito.

(3) Valores correlacionados com registros credores de mesma natureza indicados na Nota 18 (f2).

(4) Valores que não possuem relevância, quando avaliados individualmente.

(5) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	8.041	20.119	20.310
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	586.412	117.007	56.064
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(7.307)	(22.931)	(1.968)
Ativo circulante	587.146	114.195	74.406
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	58.572	48.336	32.570
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	105.665	44.769	43.480
Passivo circulante	164.237	93.105	76.050

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Receitas	880.170	1.588.442	262.516
Disponibilidade em moeda estrangeira	880.170	1.588.442	262.516
Despesas	(1.057.937)	(1.773.928)	(252.994)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(1.057.937)	(1.773.928)	(252.994)
Resultado de câmbio	(177.767)	(185.486)	9.522

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Créditos	8.681.468	7.499.866	5.057.517
Cartão de crédito	4.910.499	4.610.807	3.531.336
Créditos por avais e fianças honrados	35.156	31.799	35.400
Devedores por compra de valores e bens	19.105	18.332	17.690
Créditos adquiridos (1)	3.716.708	2.838.928	1.473.091
Provisão (2)	(307.300)	(203.895)	(136.288)
Cartão de crédito	(148.787)	(142.463)	(116.936)
Créditos por avais e fianças honrados	(1.224)	(1.178)	(382)
Devedores por compra de valores e bens	(35.156)	(3.966)	(4.237)
Créditos adquiridos (1)	(122.133)	(56.288)	(14.733)
Créditos - líquidos de provisão	8.374.168	7.295.971	4.921.229

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Bens não de uso próprio	860.425	773.895	708.250
Imóveis patrimoniais não de uso	138.747	124.634	111.418
Imóveis adjudicados/arrematados	721.678	649.261	596.832
Despesas antecipadas	201.762	260.216	395.924
Material de consumo	25.842	24.332	30.676
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(26.291)	(103.028)	(113.127)
Total	1.061.738	955.415	1.021.723

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Saldo inicial	(100.567)	(103.028)	(122.953)
Constituição	(5.950)	(10.034)	(10.380)
Baixas	80.226	86.771	20.206
Saldo final	(26.291)	(26.291)	(113.127)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Investimentos – CAIXA Individual

A carteira de participações societárias da CAIXA é composta essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR) sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima e subsidiária integral com constituição autorizada por meio da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

INDIVIDUAL						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	2013		2012	2013		2012
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
CAIXAPAR	3.726.018	3.726.366	3.609.134	93.841	153.631	152.903
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (1)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.140	1.247	1.143	(46)	(153)	72
Outros Investimentos (1)	258.769	234.391	211.454	-	-	-
Total	3.988.894	3.964.971	3.824.698	93.795	153.478	152.975

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Investimentos – CAIXA Consolidado

A carteira de participações societárias do grupo CAIXA é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos da CAIXAPAR apresentam indicadores financeiros e econômicos satisfatórios e não apresentam indicativos de perda no seu valor recuperável.

Carteira de participações societárias do grupo CAIXA				
Descrição	Quantidade de ações		Participação	
	O.N.	P.N.	No capital votante %	No capital social %
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Capgemini (1)	63.764.544	-	24,19	22,05
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,32
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	6.000	-	9,09	9,09
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (2)	-	-	-	8,32
BIAPE	820.933	8.209	30,25	30,25
Outros investimentos (2)	5.335	-	-	-

(1) Aporte de capital realizado pela CAIXAPAR em abril de 2013 no valor de R\$ 12.527

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da carteira de participações societárias do grupo CAIXA						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	2013 (1)		2012 (2)
				2º trimestre	1º semestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.923.994	1.918.861	1.619.506	169.743	314.000	237.430
Banco PAN	652.475	802.337	1.074.552	(57.045)	(150.016)	(94.188)
Capgemini	294.033	298.898	321.670	(17.234)	(17.507)	-
Elo Serviços	9.814	10.788	12.421	195	(974)	(5.856)
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização	7.048	7.692	6.805	33	209	688
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP (3)	2.967	2.967	2.967	-	-	-
BIAPE	1.140	1.248	1.143	(46)	(153)	72
Fundo de Investimento em Participações	39.272	-	-	-	-	-
Participações diversas	4.527	1.475	8	(2.646)	(2.646)	-
Outros Investimentos (3)	258.769	234.390	211.453	-	-	-
Total	3.194.039	3.278.656	3.250.525	93.000	142.913	138.146

(1) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/05/2013 das investidas da CAIXAPAR, exceto a da CAIXA Seguros Holding, que teve a equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações de 30/06/2013.

(2) Equivalência patrimonial calculada com base nas demonstrações contábeis de 31/05/2012 das investidas da CAIXAPAR.

(3) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Alocação do preço de compra do Banco PAN pela CAIXAPAR

Em 1º de dezembro de 2009, a CAIXAPAR adquiriu 36,56% do total do capital social do Banco PAN S.A., no valor de R\$ 739.272 – 49% do capital social votante e 21,97% das ações preferenciais.

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datado de 15/06/2011, considerou o balanço de abertura do Banco PAN de 30/11/2010 que inclui os ajustes nas bases contábeis, conforme fato relevante divulgado ao mercado.

O laudo identificou um valor de R\$ 3.002, relativo ao ajuste a valor de mercado de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis do Banco PAN em 30/11/2010, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

Também foi adicionado o valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição e não registrados no Banco PAN, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 162.276, discriminados a seguir:

Ativos intangíveis identificados na aquisição			
Descrição	Banco PAN	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	148.996	32.684	Indefinido
Relacionamentos comerciais	518.882	113.822	3 anos
Contratos	59.433	13.037	5 anos
Tecnologia	12.459	2.733	5,63 anos
Valor total	739.770	162.276	

(1) líquida dos efeitos tributários

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição do Banco PAN pela CAIXAPAR foi de R\$ 42.864 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação do ágio – Banco PAN					
Realização	Valor alocado	Amortiz. 2011	Amortiz. 2012	Amortiz. 2013	Valor líquido
Ajustes a mercado de ativos e passivos registrados (1)	3.002	(3.002)	-	-	-
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	162.276	(44.450)	(41.030)	(20.515)	56.281
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	42.864	(9.287)	(8.573)	(4.287)	20.717
Saldo	208.142	(56.739)	(49.603)	(24.802)	76.998

(1) líquido dos efeitos tributários

(c.1) Capitalização e aquisição de participações – Banco PAN

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2012, o Banco PAN aprovou o aumento do seu capital social, com a CAIXAPAR subscrevendo R\$ 658.094. Após esta subscrição e com a opção dos minoritários de não realizar seu direito de aporte, a participação da CAIXAPAR no Banco PAN passou de 36,56% para 37,00% em junho de 2012. O aumento de capital social realizado teve como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do banco; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais detidos pela Instituição; e (iii) possibilitar a realização de novos investimentos e aquisições estratégicas. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 o aumento de capital, a reforma estatutária do Banco Panamericano deliberado na Assembleia Geral de Acionistas.

Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Panamericano celebrou com a TPG-Axon BFRE Holding, LLC, Coyote Trail LLC e os acionistas da Ourinvest os documentos definitivos para a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE").

O valor da aquisição da BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, foi de R\$ 940.361. Este valor representa um ágio de R\$ 140.361 sobre o patrimônio líquido da BFRE estimado em R\$ 800.000 ao final do exercício social de 2011. O Banco Central do Brasil aprovou em junho de 2012 a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages para o Banco Panamericano.

(c.2) Saldo do Investimento

Investimento Banco PAN			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Patrimônio líquido contábil consolidado do Banco PAN (1)	2.531.848	2.511.638	2.866.278
Aumento de capital	-	-	(1.758.929)
Patrimônio Líquido ajustado do Banco PAN	2.531.848	2.511.638	1.107.349
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (2)	936.784	929.306	404.847
Resultados não realizados nas transações entre CAIXA e Banco PAN (3)	(361.307)	(228.769)	(114.991)
Aporte CAIXAPAR	-	-	658.094
Investimento	575.477	700.537	947.950
Ágio líquido na alocação do preço de compra	76.998	101.800	126.602
Saldo	652.475	802.337	1.074.552

(1) PL do Banco PAN nas demonstrações contábeis de 31/05/2013, 30/11/2012 e 31/05/2012 respectivamente.

(2) Em 30/06/2013 e 31/12/2012, 37%; em 30/06/2012, 36,56%.

(3) Créditos do Banco PAN adquiridos pela CAIXA em um montante acumulado de R\$ 976.505 até 30/06/2013 (31/12/2012 – R\$ 618.295), que geraram uma receita de R\$ 358.210 em 2013. Para o cálculo da participação indireta da CAIXA, os resultados não realizados intercompanhias são desconsiderados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Alocação do preço de compra da Capgemini pela CAIXAPAR

Em junho de 2012, foi aprovada a integralização de capital social da CAIXAPAR no montante de R\$ 300.000, dentro do limite de capital social autorizado para a Companhia. O aporte possibilitou à CAIXAPAR adquirir 22,00% de participação no capital social da Capgemini. A aquisição se deu por meio de compra de ações e aporte de capital na investida nos valores de R\$ 200.267 e R\$ 121.403, respectivamente, totalizando R\$ 321.670. O principal objetivo desta aquisição é a busca de parceria com a investida para atender a grande demanda por desenvolvimento de novas soluções de TI, a atualização das soluções já em ambiente produtivo e à necessidade de integração e internalização de soluções de mercado adquiridas nos últimos anos pela CAIXA.

A alocação do preço de compra, com base em laudos de consultores independentes datados de 08/01/2013, considerou na avaliação a análise de Ativos Intangíveis adquiridos na data-base (30/06/2012). A carteira de contratos da Capgemini é composta por mais de 200 empresas de diversas regiões do País, além de ser diversificada em segmentos da economia e tipo de atendimento, produtos e serviços. O valor justo de ativos intangíveis identificados na aquisição da Capgemini são os seguintes:

Ativos intangíveis identificados na aquisição				
Descrição	Capgemini	Participação CAIXA	Participação CAIXA (1)	Prazo de amortização
Marcas	1.126.007	247.721	163.496	10 anos
Contratos	185.466	40.803	26.930	10 anos
Valor total	1.311.473	288.524	190.426	

(1) Líquida dos efeitos tributários.

Os saldos recompostos na aquisição de participação na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini	
Descrição	30/06/2012
Investimento em 30.06.2012 (Valor Contábil)	51.963
Ativos intangíveis identificados na aquisição	190.426
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281
Valor do investimento em 30.06.2012	321.670

O ágio fundamentado em rentabilidade futura e outras razões econômicas (sinergia, força de trabalho, etc.) apurado na aquisição da Capgemini pela CAIXAPAR foi de R\$ 79.281 e está sendo amortizado pelo prazo de 5 anos.

Movimentação dos Ativos/ ágio identificados na aquisição				
Realização	Valor alocado	Amortização 2012	Amortização 2013	Valor líquido
Ativos intangíveis identificados na aquisição (1)	190.426	(9.521)	(9.521)	171.384
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	79.281	(7.928)	(7.928)	63.425
Saldo	269.707	(17.449)	(17.449)	234.809

(1) Líquida dos efeitos tributários

(d.1) Saldo do Investimento

Os saldos registrados na rubrica "Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto" relativos ao investimento na Capgemini estão assim apresentados:

Investimento Capgemini		
Descrição	30/06/2013	31/12/2012
Participação indireta da CAIXA, através da CAIXAPAR (22,05%)	59.224	46.640
Ativos intangíveis identificados na aquisição	171.384	180.905
Ágio remanescente fundamentado em rentabilidade futura	63.425	71.353
Saldo	294.033	298.898

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. Não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 30/06/2013.

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 para 50 anos e do sistema de segurança de 10 para 5 anos.

Com o índice de imobilização apurado de 13,03% (31/12/2012 – 12,58%; 30/06/2012 – 15,54%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	30/06/2013			31/12/2012			30/06/2012
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	643.171	(145.081)	498.090	310.261	(105.760)	204.501	226.381
Edificações	590.585	(145.081)	445.504	257.059	(105.760)	151.299	173.456
Terrenos	52.586	-	52.586	53.202	-	53.202	52.925
Reavaliações de imóveis de uso	743.718	(148.495)	595.223	744.011	(137.648)	606.363	672.728
Edificações	543.208	(148.495)	394.713	543.592	(137.648)	405.944	455.574
Terrenos	200.510	-	200.510	200.419	-	200.419	217.154
Outras imobilizações de uso	5.063.196	(3.576.081)	1.487.115	4.697.398	(3.343.320)	1.354.078	1.171.871
Imobilizações em curso	35.239	-	35.239	30.959	-	30.959	20.098
Inst., móveis e equip. de uso	1.182.645	(616.798)	565.847	1.065.680	(572.416)	493.264	426.384
Sistema de comunicação	89.817	(68.148)	21.669	84.315	(66.209)	18.106	18.299
Sistema de proc.de dados	3.463.298	(2.662.056)	801.242	3.254.641	(2.489.587)	765.054	669.753
Sistema de transporte e segurança	292.197	(229.079)	63.118	261.803	(215.108)	46.695	37.337
Total	6.450.085	(3.869.657)	2.580.428	5.751.670	(3.586.728)	2.164.942	2.070.980

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2013	3/006/2012
Imóveis de uso	204.501	334.390	(1.215)	(39.586)	498.090	226.381
Edificações	151.299	334.258	(467)	(39.586)	445.504	173.456
Terrenos	53.202	132	(748)	-	52.586	52.925
Reaval. de imóveis de uso	606.363	384	(430)	(11.094)	595.223	672.728
Edificações	405.944	247	(384)	(11.094)	394.713	455.574
Terrenos	200.419	137	(46)	-	200.510	217.154
Outras imobilizações de uso	1.354.078	436.642	(70.841)	(232.764)	1.487.115	1.171.871
Imobilizações em curso	30.959	12.803	(8.523)	-	35.239	20.098
Inst., móveis e equip. de uso	493.264	116.971	(5)	(44.383)	565.847	426.384
Sistema de comunicação	18.106	5.502	-	(1.939)	21.669	18.299
Sistema de proc.de dados	765.054	270.970	(62.313)	(172.469)	801.242	669.753
Sist. de transp./segurança	46.695	30.396	-	(13.973)	63.118	37.337
Total	2.164.942	771.416	(72.486)	(283.444)	2.580.428	2.070.980

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido

(a) Intangível

Os itens do intangível não apresentam indicativos de perda no valor recuperável considerando-se os saldos posicionados em 30/06/2013.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	30/06/2013			31/12/2012			30/06/2012
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.233.324	(806.614)	1.426.710	2.318.971	(777.678)	1.541.293	1.633.098
Outros ativos intangíveis	324.200	(22.559)	301.641	324.200	(15.402)	308.798	315.955
Projetos logiciais - Software	486.587	(106.376)	380.211	347.675	(75.528)	272.147	168.100
Total	3.044.111	(935.549)	2.108.562	2.990.846	(868.608)	2.122.238	2.117.153

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2012	30/06/2013			30/06/2012	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.541.293	354.395	(223.197)	(245.781)	1.426.710	1.633.098
Outros ativos intangíveis	308.798	-	-	(7.157)	301.641	315.955
Projetos logiciais - Software	272.147	138.912	-	(30.848)	380.211	168.100
Total	2.122.238	493.307	(223.197)	(283.786)	2.108.562	2.117.153

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. O valor apresentado na Nota 25, item “depreciação e amortização”, está acrescido de R\$ 4.546 (R\$ 14.120 – 30/06/2012) relativo à amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Depósitos à vista – sem remuneração	25.241.675	27.381.103	23.970.198	25.241.672	27.381.099	23.970.189
Pessoas físicas	9.713.658	10.606.762	9.467.415	9.713.658	10.606.762	9.467.415
Pessoas jurídicas	12.527.011	12.418.164	11.992.114	12.527.008	12.418.160	11.992.105
Vinculados	1.359.762	1.567.155	1.080.560	1.359.762	1.567.155	1.080.560
Governo	1.105.579	2.128.596	911.967	1.105.579	2.128.596	911.967
Moedas estrangeiras	4.333	817	1.397	4.333	817	1.397
Instituições do sistema financeiro	33.903	34.459	28.948	33.903	34.459	28.948
Entidades públicas	414.536	553.771	431.436	414.536	553.771	431.436
Outros	82.893	71.379	56.361	82.893	71.379	56.361
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	189.699.809	175.566.036	161.923.834	189.699.809	175.566.036	161.923.834
Pessoas físicas	186.605.663	172.507.033	159.020.233	186.605.663	172.507.033	159.020.233
Pessoas jurídicas	3.091.444	3.056.103	2.900.747	3.091.444	3.056.103	2.900.747
Vinculados	2.702	2.900	2.854	2.702	2.900	2.854
Depósitos interfinanceiros	277.949	10.293.433	7.299.052	277.949	10.293.433	7.299.052
Depósitos a prazo	113.617.276	96.534.906	80.708.476	113.343.552	96.534.780	80.703.446
Remuneração prefixada	55.383.374	38.931.575	26.256.835	55.109.652	38.931.448	26.251.805
Depósitos a prazo em moeda nacional	55.383.374	38.931.575	26.256.835	55.109.652	38.931.448	26.251.805
Remuneração pós-fixada	58.233.902	57.603.331	54.451.641	58.233.900	57.603.332	54.451.641
Depósitos a prazo em moeda nacional	16.910.148	20.078.207	21.396.115	16.910.146	20.078.208	21.396.115
Depósitos judiciais com remuneração	41.323.754	37.525.124	33.055.526	41.323.754	37.525.124	33.055.526
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.612.646	9.265.546	11.365.155	13.612.646	9.265.546	11.365.155
Sem remuneração	233.714	215.002	199.965	233.714	215.002	199.965
Remuneração prefixada	429.886	406.556	387.040	429.886	406.556	387.040
Remuneração pós-fixada	12.949.046	8.643.988	10.778.150	12.949.046	8.643.988	10.778.150
Total	342.449.355	319.041.024	285.266.715	342.175.628	319.040.894	285.261.676
Passivo circulante	284.606.344	279.990.109	259.728.726	284.332.617	279.989.979	259.723.687
Passivo não circulante	57.843.011	39.050.915	25.537.989	57.843.011	39.050.915	25.537.989

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO					
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Depósitos à Vista	25.241.675	-	-	-	25.241.675	27.381.103	23.970.198	25.241.672	27.381.099	23.970.189
Depósitos de Poupança	189.699.809	-	-	-	189.699.809	175.566.036	161.923.834	189.699.809	175.566.036	161.923.834
Depósitos Interfinanceiros	-	178.341	55.290	44.318	277.949	10.293.433	7.299.052	277.949	10.293.433	7.299.052
Depósitos a prazo	41.372.167	4.286.712	10.159.704	57.798.693	113.617.276	96.534.906	80.708.476	113.343.552	96.534.780	80.703.446
CDB	23.454	4.286.712	10.159.704	57.798.693	72.268.563	58.984.087	47.652.950	71.994.839	58.983.961	47.647.920
Depósitos Judiciais	41.323.754	-	-	-	41.323.754	37.525.124	33.055.526	41.323.754	37.525.124	33.055.526
Outros	24.959	-	-	-	24.959	25.695	-	24.959	25.695	-
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.612.646	-	-	-	13.612.646	9.265.546	11.365.155	13.612.646	9.265.546	11.365.155
Total	269.926.297	4.465.053	10.214.994	57.843.011	342.449.355	319.041.024	285.266.715	342.175.628	319.040.894	285.261.676

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Depósitos de Poupança	(2.470.952)	(4.873.854)	(4.846.793)	(2.470.952)	(4.873.854)	(4.846.793)
Depósitos Interfinanceiros	(5.406)	(39.898)	(283.306)	(5.406)	(39.898)	(283.306)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.216.854)	(2.213.517)	(1.944.214)	(1.213.375)	(2.210.037)	(1.943.277)
Depósitos judiciais	(450.697)	(877.893)	(774.147)	(450.697)	(877.893)	(774.147)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(399.122)	(592.435)	(443.040)	(399.122)	(592.435)	(443.040)
Outras captações	(116.310)	(225.852)	(177.101)	(116.309)	(225.851)	(177.100)
Total	(4.659.341)	(8.823.449)	(8.468.601)	(4.655.861)	(8.819.968)	(8.467.663)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	6.085.699	2.956.080	4.318.141
Depósitos - Especiais com remuneração	1.611.676	1.553.913	1.476.673
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.961.226	2.450.151	2.352.294
Depósitos – FISANE	8.170	7.935	7.705
Depósitos – PRODEC	48.204	46.862	45.777
Programa de Integração Social – PIS	22.365	25.706	291.789
Fundo Garantia Safra – FGS	72.712	8.877	147.569
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	1.934.023	294.523	658.605
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	368.050	448.869	469.332
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.733	8.445	57.563
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	2.261	4.646	2.242
Depósitos – PREVHAB	504.287	486.031	469.384
Saúde CAIXA	233.714	215.002	199.965
Outros	751.526	758.506	868.116
Total	13.612.646	9.265.546	11.365.155
Passivo circulante	13.612.646	9.265.546	11.365.155

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2013		2012
		2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	Selic	(128.496)	(232.518)	(219.025)
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Selic e TJLP	(25.230)	(55.780)	(76.378)
Depósitos - FISANE	TR	(118)	(235)	(241)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(723)	(1.475)	(1.530)
Programa de Integração Social – PIS	Extra mercado	(7.136)	(12.148)	(24.854)
Fundo Garantia Safra – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(1.109)	(1.677)	(3.660)
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	Selic	(8.499)	(16.345)	(18.137)
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	Selic fator dia	(7.133)	(14.386)	(24.174)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(4.762)	(8.954)	(10.555)
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	TR	-	-	(8)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(9.793)	(18.521)	(22.805)
Depósitos - Caução	TR	(178.943)	(179.364)	(1.682)
Contas de compensação ambiental - CCA	Extra - mercado	(6.813)	(12.832)	(10.568)
Outros		(20.367)	(38.200)	(29.423)
Total		(399.122)	(592.435)	(443.040)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/06/2013			31/12/2012			30/06/2012		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					90.159	1.796.609	1.886.768	640.277	1.730.744	2.371.021	344.796	1.914.420	2.259.216
Proger urbano					19.910	1.285.082	1.304.992	568.656	1.176.271	1.744.927	272.346	1.318.210	1.590.556
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	19.904	1.279.936	1.299.840	568.630	1.170.618	1.739.248	272.158	1.312.146	1.584.304
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	8	3	11
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	29	29	-	32	32	-	35	35
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	6	5.117	5.123	26	5.621	5.647	180	6.026	6.206
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	1.198	12.034	13.232	1.154	18.503	19.657	1.422	25.925	27.347
FAT infraestrutura					67.611	494.414	562.025	68.364	528.992	597.356	68.803	560.104	628.907
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	67.611	494.414	562.025	68.364	528.992	597.356	68.803	560.104	628.907
FAT – PNMPO					1.440	5.079	6.519	2.103	6.978	9.081	2.225	10.181	12.406
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.440	5.079	6.519	2.103	6.978	9.081	2.225	10.181	12.406
Linhas de crédito especiais					309	74.149	74.458	3.758	75.372	79.130	8.190	84.888	93.078
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	309	74.149	74.458	327	74.188	74.515	368	74.206	74.574
FAT - giro setorial					-	-	-	3.431	1.184	4.615	7.822	10.682	18.504
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	2.102	711	2.813	4.951	6.520	11.471
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	1.329	473	1.802	2.871	4.162	7.033
Total					90.468	1.870.758	1.961.226	644.035	1.806.116	2.450.151	352.986	1.999.308	2.352.294

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Carteira Própria (1)	62.405.946	47.601.744	42.453.532	62.319.919	47.402.335	42.224.126
Letras Financeiras do Tesouro	4.607.150	5.726.127	5.807.515	4.607.150	5.726.127	5.807.515
Letras do Tesouro Nacional	29.553.243	31.323.880	14.087.060	29.553.243	31.323.880	14.087.060
Notas do Tesouro Nacional	28.196.834	10.498.921	22.547.353	28.110.807	10.299.512	22.317.947
Debêntures	48.719	52.816	11.604	48.719	52.816	11.604
Carteira de Terceiros	73.915.517	46.506.234	44.917.100	73.915.517	46.506.234	44.917.100
Letras Financeiras do Tesouro	-	14.485.341	10.479.438	-	14.485.341	10.479.438
Letras do Tesouro Nacional	32.413.204	11.309.679	9.936.108	32.413.204	11.309.679	9.936.108
Notas do Tesouro Nacional	41.502.313	20.711.214	24.501.554	41.502.313	20.711.214	24.501.554
Total	136.321.463	94.107.978	87.370.632	136.235.436	93.908.569	87.141.226
Passivo circulante	133.088.684	90.984.561	85.270.483	133.002.657	90.785.152	85.041.077
Passivo não circulante	3.232.779	3.123.417	2.100.149	3.232.779	3.123.417	2.100.149

(1) Valores calculados considerando o “PU de Garantia” do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Carteira própria	(1.192.177)	(2.196.244)	(1.715.446)	(1.189.010)	(2.189.950)	(1.694.860)
Carteira de terceiros	(1.045.547)	(1.754.633)	(2.160.782)	(1.045.547)	(1.754.633)	(2.160.782)
Carteira de livre movimentação	-	-	(102)	-	-	(103)
Total	(2.237.724)	(3.950.877)	(3.876.330)	(2.234.557)	(3.944.583)	(3.855.745)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	548.983	548.983	568.713	516.464
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	11.826	11.826	12.052	11.059
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	13.974	13.974	17.958	22.010
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.380	8.380	8.236	7.883
Letra Imobiliária	CDI	2.859.423	2.886.619	8.400.090	25.399.764	39.545.896	26.586.977	20.164.646
Letra Financeira	CDI	996.609	2.044.697	2.309.887	14.620.251	19.971.444	17.626.747	9.623.172
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	18.185	100.718	359.935	1.001.894	1.480.732	1.055.828	-
Total		3.874.217	5.032.034	11.069.912	41.605.072	61.581.235	45.876.511	30.345.234
Passivo circulante						19.976.163	13.708.836	14.221.726
Passivo não circulante						41.605.072	32.167.675	16.123.508

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Letras Hipotecárias	(19.852)	(39.865)	(44.628)
Letras Imobiliárias	(586.926)	(1.014.649)	(676.246)
Letras Financeiras	(373.038)	(692.083)	(309.554)
Total	(979.816)	(1.746.597)	(1.030.428)

(c0 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30/06/2013 (1)	31/12/2012 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.174.240	2.109.985
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.164.274	1.016.698
TOTAL						3.338.514	3.126.683

(1) Valores em milhares de R\$.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Repasses no país	139.610.755	123.737.439	104.038.612
FGTS	118.193.561	104.796.216	90.050.322
BNDES	19.981.920	17.556.030	13.314.175
Tesouro Nacional – PIS	752.170	755.602	463.322
Outras instituições	683.104	629.591	210.793
Empréstimos no exterior	1.239.121	43.300	3.746
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	839.542	40.803	217
Demais linhas de crédito	399.579	2.497	3.529
Total de obrigações por empréstimos e repasses	140.849.876	123.780.739	104.042.358
Passivo circulante	1.674.492	2.399.414	1.379.461
Passivo não circulante	139.175.384	121.381.325	102.662.897

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente, por captação de linhas de crédito adquiridas com instituições financeiras estrangeiras. Os demais empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 2,125% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2014.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
FGTS	(1.819.301)	(3.425.892)	(2.974.062)
BNDES	(216.803)	(493.333)	(345.362)
Tesouro Nacional – PIS	(10.782)	(20.478)	(19.314)
Empréstimos no exterior	(76.878)	(83.620)	(629)
Outras instituições	(76.226)	(93.929)	(19.862)
Total	(2.199.990)	(4.117.252)	(3.359.229)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.052.618	258.984	1.050.198
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	164.237	93.105	76.050
Sociais e estatutárias	1.076.069	5.660.303	1.159.257
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.933.952	1.819.106	1.794.042
Negociação e intermediação de valores	1.095	5.075	3.256
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.916.749	7.629.604	6.110.964
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.541.167	12.190.735	11.837.606
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	37.271.840	28.452.993	14.531.794
Diversas (Nota 18 (f))	40.019.764	34.665.808	28.717.021
Total	101.977.491	90.775.713	65.280.188
Passivo circulante	52.006.396	50.958.435	38.728.558
Passivo não circulante	49.971.095	39.817.278	26.551.630

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.052.618	258.984	1.050.198
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	164.237	93.105	76.050
Sociais e estatutárias	1.076.069	5.660.303	1.159.257
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.109.549	1.973.675	1.915.707
Negociação e intermediação de valores	1.095	5.075	3.256
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	7.916.749	7.629.604	6.110.964
Dívidas subordinadas (Nota 18 (d))	12.541.167	12.190.735	11.837.606
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (e))	37.271.840	28.452.993	14.531.794
Diversas (Nota 18 (f))	40.020.160	34.666.083	28.717.120
Total	102.153.484	90.930.557	65.401.952
Passivo circulante	52.182.389	51.113.279	38.850.322
Passivo não circulante	49.971.095	39.817.278	26.551.630

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Tributos sobre salários a recolher	331.127	516.487	298.347
Tributos sobre serviços a recolher	202.266	168.785	192.616
Tributos sobre lucros a recolher	203.247	162.283	257.386
Imposto de renda	40.755	-	86.952
Contribuição social	18.110	-	37.930
COFINS	124.324	139.903	114.091
PASEP	20.058	22.380	18.413
Tributos diferidos	952.287	710.680	820.317
Reavaliação – edificações	158.089	162.625	182.230
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389	581.849
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	743.141	-	-
Outros	51.057	50.805	56.238
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	245.025	260.871	225.376
Total	1.933.952	1.819.106	1.794.042
Passivo circulante	1.775.864	1.656.481	1.611.812
Passivo não circulante	158.088	162.625	182.230

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Tributos sobre salários a recolher	331.127	516.487	298.347
Tributos sobre serviços a recolher	202.266	168.785	192.665
Tributos sobre lucros a recolher	203.362	171.980	257.386
Imposto de renda	40.755	3	86.952
Contribuição social	18.218	4.541	37.930
COFINS	124.330	144.137	114.091
PASEP	20.059	23.299	18.413
Tributos diferidos	1.127.769	855.552	941.933
Reavaliação – edificações	158.089	162.625	182.230
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	493.389	581.849
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	175.482	144.872	121.616
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	3.861	-
Contratos futuros	743.141	-	-
Outros	51.057	50.805	56.238
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	245.025	260.871	225.376
Total	2.109.549	1.973.675	1.915.707
Passivo circulante	1.951.461	1.811.050	1.733.477
Passivo não circulante	158.088	162.625	182.230

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Fundos e programas sociais	6.691.093	5.893.513	4.924.696
FGTS	2.937.619	2.749.577	2.165.761
Minha Casa Minha Vida	2.605.826	2.209.705	1.927.368
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	260.635	266.760	320.037
Programas de transferência de renda	295.740	204.836	351.504
Outros fundos e programas	591.273	462.635	160.026
Fundos financeiros e de desenvolvimento	559.936	498.703	632.543
PIS	443.232	497.299	602.154
FAT	115.301	-	28.986
FINSOCIAL	1.403	1.404	1.403
Operações com loterias	665.720	1.237.388	553.725
Total	7.916.749	7.629.604	6.110.964

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada, conforme Resolução CMN nº 2.837/01, sucedida pela Resolução CMN nº 3.444/07.

Em 11 de outubro de 2005, o BACEN aprovou a contratação de R\$ 3.439.717. O início de retorno dessa dívida ocorreu a partir de 20 de março de 2013. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 6,125% a.a., correspondente à taxa efetiva de 6,3% a.a.

Em agosto de 2011, o BACEN aprovou operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa contratação será a partir de 20 de junho de 2019. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa nominal de 5,837% a.a., correspondente à taxa efetiva de 5,996% a.a.

Em junho de 2012, o BACEN aprovou nova operação de R\$ 3.000.000. O início do retorno dessa dívida será a partir de 20 de julho de 2020. Sobre o valor total da dívida atualizada incidirão juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa anual nominal de 4,967%, a.a. correspondente à taxa efetiva de 5,082% a.a.

Estas contratações apresentam um saldo devedor de R\$ 12.541.167 (31/12/2012 R\$ – 12.190.735; 30/06/2012 – R\$ 11.837.606).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar os recursos ora contratados elegíveis ao Nível II de capital.

O instrumento não possui data de vencimento e, mensalmente, são incorporados ao saldo devedor, com pagamentos anuais de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre de 2010 houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao Nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital Nível II.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a Caixa e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Os recursos visam à ampliação das margens operacionais da CAIXA. O BACEN, por meio dos Ofícios Deorf/Cofin II 09053/2012 e 09054/2012, autorizou a CAIXA a considerar R\$ 3.850.472 captação elegível aos Níveis I e II do Patrimônio de Referência, a partir de setembro 2012; R\$ 4.413.201 a partir de outubro 2012 e o restante a partir da monetização dos títulos recebidos da União.

Em 12 de junho de 2013, por meio da Medida Provisória nº 620, foi autorizada uma nova contratação entre a Caixa e a União no montante de R\$ 8.000.000 como instrumento híbrido de capital e dívida. A operação foi realizada em 28 de junho de 2013 por meio de Letras do Tesouro Nacional, LTN com vencimento de R\$ 2.000.000 em 2014, R\$ 1.000.000 em 2015 e R\$ 5.000.000 em 2016.

Discriminação de principal, atualização monetária e juros dos instrumentos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Medida provisória nº 347/07	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Atualização monetária e juros – MP nº 347/07	2.107.717	1.849.933	1.679.527
Medida provisória nº 470/09	5.999.999	5.999.999	5.999.999
Atualização monetária e juros – MP nº 470/09	2.114.508	2.125.600	1.652.268
Medida provisória nº 581/12	12.999.998	12.999.998	-
Atualização monetária e juros – MP nº 581/12	849.618	277.463	-
Medida provisória nº 620/13	8.000.000	-	-
Atualização monetária e juros – MP nº 620/13	-	-	-
Total	37.271.840	28.452.993	14.531.794

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	11.793.775	10.779.158	9.061.844
Credores diversos - País (Nota f.2)	12.422.441	9.504.385	7.737.086
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.927.536	2.629.178	3.106.844
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.147.953	3.511.622	3.597.387
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	44.046	43.308	42.558
Financiamentos imobiliários a liberar	6.139.792	4.742.900	4.102.821
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	376.689	352.091	278.009
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.299.676	2.485.104	-
Obrigações por convênios	487.338	258.503	409.555
Obrigações por contribuições ao SFH	29.491	28.611	27.594
Recursos do FGTS para amortizações	264.711	205.722	171.530
Valores a pagar a sociedades ligadas	83.707	125.067	180.510
Credores diversos Exterior	2.609	159	1.283
Total	40.019.764	34.665.808	28.717.021
Passivo circulante	40.019.764	34.665.808	28.717.021

(1) Recursos vinculados a operações de crédito referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Provisões para pagamentos a efetuar (Nota f.1)	11.794.171	10.779.433	9.061.943
Credores diversos - País (Nota f.2)	12.422.441	9.504.385	7.737.086
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	2.927.536	2.629.178	3.106.844
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.147.953	3.511.622	3.597.387
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	44.046	43.308	42.558
Financiamentos imobiliários a liberar	6.139.792	4.742.900	4.102.821
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	376.689	352.091	278.009
Recursos vinculados a cessão de crédito	2.299.676	2.485.104	-
Obrigações por convênios	487.338	258.503	409.555
Obrigações por contribuições ao SFH	29.491	28.611	27.594
Recursos do FGTS para amortizações	264.711	205.722	171.530
Valores a pagar a sociedades ligadas	83.707	125.067	180.510
Credores diversos Exterior	2.609	159	1.283
Total	40.020.160	34.666.083	28.717.120
Passivo circulante	40.020.160	34.666.083	28.717.120

(1) Recursos vinculados a operações de crédito referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.1) Provisão para pagamentos a efetuar

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Despesas de pessoal	2.286.433	1.832.211	2.116.554
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.734.124	7.354.728	5.491.061
Saúde CAIXA	6.645.932	6.276.166	4.826.590
Auxílio e cesta alimentação	846.319	844.804	586.775
PREVHAB	40.691	47.570	43.165
Planos de benefícios – previdência privada	201.182	186.188	34.531
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.260.199	1.101.666	968.470
Outros pagamentos	513.019	490.553	485.759
Total	11.793.775	10.779.158	9.061.844

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Despesas de pessoal	2.286.829	1.832.486	2.116.653
Benefícios pós-emprego - CPC 33 (Nota 32 (a))	7.734.124	7.354.728	5.491.061
Saúde CAIXA	6.645.932	6.276.166	4.826.590
Auxílio e cesta alimentação	846.319	844.804	586.775
PREVHAB	40.691	47.570	43.165
Planos de benefícios – previdência privada	201.182	186.188	34.531
Pré- pagamento crédito imobiliário	1.260.199	1.101.666	968.470
Outros pagamentos	513.019	490.553	485.759
Total	11.794.171	10.779.433	9.061.943

(f.2) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Cartões de crédito	4.862.341	4.604.588	3.435.943
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	248.819	253.687	257.472
Fornecedores	895.098	755.547	566.832
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	449.983	495.448	520.749
Crédito comercial – repasses	483.437	395.629	386.141
Crédito imobiliário – repasses	708.413	607.165	587.638
Obrigações com a União – repasses	36.632	35.247	33.883
Outros credores – poupança simplificada	499.884	499.944	499.957
Contas a pagar	1.049.399	87.317	81.908
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	39.351	34.669	30.703
Valores a pagar – Royalties (2)	1.300.000	-	-
Valores a restituir – penhor	150.505	147.547	135.310
Valores a apropriar (3)	1.435.267	1.412.988	1.002.118
Outros credores diversos	263.312	174.609	198.432
Total	12.422.441	9.504.385	7.737.086

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Aquisição de royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo e gás natural, a que tem direito o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA

(3) Valores correlacionados com registros devedores de mesma natureza indicados na Nota 9 (b)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,70% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Reservas de Reavaliação	413.750	423.165	458.274
Reservas de Lucros	3.062.938	2.693.064	4.459.454
Reserva legal	1.826.357	1.669.327	1.508.341
Reserva estatutária – loterias	1.141.143	928.299	644.552
Reservas margem operacional	95.438	95.438	2.306.561

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2013, foi repassado à União o montante de R\$ 1.200.000, a título de antecipação de dividendos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido	3.140.602	2.846.348
Reserva legal	(157.030)	(142.317)
Realização de reserva	9.415	6.321
Reserva de loterias	(212.844)	(237.356)
Base para cálculo dos dividendos	2.780.143	2.472.996
Dividendos declarados	696.159	865.831
Juros sobre o capital próprio	618.842	552.065
Dividendos	77.316	313.766

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes: créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001; créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.642.587 (31/12/2012 – R\$ 1.485.753; 30/06/2012 R\$ 1.442.803) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2013			31/12/2012			30/06/2012		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	6.463.902	3.742.449	10.206.351	5.769.665	3.326.970	9.096.635	5.025.764	2.880.908	7.906.672
Provisão SFH	770.313	462.188	1.232.501	753.805	452.283	1.206.088	755.230	453.138	1.208.368
Provisão p/ causas judiciais	1.589.555	953.733	2.543.288	1.609.686	965.811	2.575.497	1.741.513	1.044.907	2.786.420
Outros	1.070.953	571.609	1.642.562	972.020	513.711	1.485.731	945.538	497.259	1.442.797
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.661.483	996.890	2.658.373	1.521.876	913.126	2.435.002	1.455.266	873.159	2.328.425
Ajuste a mercado – resultado	434.550	260.730	695.280	186.784	112.071	298.855	238.802	143.282	382.084
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	471.911	283.147	755.058	171.156	102.694	273.850	208.651	125.190	333.841
Ajuste Perdas Atuariais CPC 33	144.779	86.867	231.646	-	-	-	-	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	12.607.446	7.357.613	19.965.059	10.984.992	6.386.666	17.371.658	10.370.764	6.017.843	16.388.607
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.196.702)	-	(1.196.702)	(1.010.391)	-	(1.010.391)	(987.188)	-	(987.188)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(579.323)	(579.323)	-	(467.635)	(467.635)	-	(453.777)	(453.777)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(405.526)	(405.526)	-	(327.344)	(327.344)	-	(317.644)	(317.644)
Total	14.384.314	7.698.418	22.082.732	12.948.171	6.917.341	19.865.512	12.357.146	6.572.076	18.929.222

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2013			31/12/2012			30/06/2012		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	10.340	63.628	73.968	3.390	20.862	24.252	4.567	28.100	32.667
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	14.830	91.263	106.093	4.667	28.720	33.387	5.689	35.012	40.701
Total	25.170	154.891	180.061	8.057	49.582	57.639	10.256	63.112	73.368

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. A realização de créditos tributários no período representou um montante de 141% em relação ao projetado no estudo realizado em 2012.

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	234.346	121.816	104.063	7.707.542	8.167.767
2014	447.145	-	114.926	5.468.417	6.030.488
2015	699.502	-	-	432.218	1.131.720
2016	395.876	-	-	419.232	815.108
2017	-	-	-	413.838	413.838
2018 a 2022	-	-	-	2.070.721	2.070.721
TOTAL	1.776.869	121.816	218.989	16.511.968	18.629.642

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2013	231.881	120.535	102.968	7.626.472	8.081.856
2014	415.829	-	106.877	5.085.432	5.608.138
2015	610.236	-	-	377.061	987.297
2016	323.368	-	-	342.446	665.814
2017	-	-	-	316.517	316.517
2018 a 2022	-	-	-	1.372.940	1.372.940
TOTAL	1.581.314	120.535	209.845	15.120.868	17.032.562

(b) Movimentação do crédito tributário

A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 1.522.619 na demonstração consolidada.

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2012	19.923.151	(3.484.346)	16.438.805
Constituição de Diferenças Temporárias no Período	1.522.616	-	1.522.616
Reversão de Provisão	148.805	(148.805)	-
Constituição PASEP/COFINS	49.716	-	49.716
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	669.044	-	669.044
Const. Cred. Tributário Perda Atuarial CPC 33	231.646	-	231.646
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(186.311)	-	(186.311)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(111.688)	-	(111.688)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(78.181)	-	(78.181)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	93.995	-	93.995
Saldo em 30/06/2013	22.262.793	(3.633.151)	18.629.642
Saldo em 30/06/2012	19.002.596	(4.210.195)	14.792.401

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL						
Descrição	2013				2012	
	2º trimestre		1º semestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.740.634	1.740.634	3.096.115	3.096.115	2.781.746	2.781.746
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(435.153)	(261.095)	(774.017)	(464.417)	(695.425)	(417.262)
Efeitos tributários adições e exclusões	(94.931)	(56.727)	(96.796)	(57.748)	67.005	40.587
Juros sobre o capital próprio	77.362	46.416	154.711	92.826	138.016	82.810
Participação dos empregados nos lucros	47.595	28.557	95.078	57.047	73.357	44.014
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	121.540	123.853	186.311	189.869	125.118	127.424
Incentivo fiscal	11.548	-	18.763	-	13.105	-
Reserva de reavaliação	1.409	845	3.344	2.006	3.009	1.805
Despesa corrente	(270.630)	(118.151)	(412.606)	(180.417)	(275.815)	(120.622)
Ativo fiscal diferido	810.960	378.212	860.188	380.244	697.905	329.563
Diferenças Temporárias	838.505	502.064	952.503	570.113	712.467	456.987
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(27.545)	(72.855)	(92.315)	(111.688)	(14.562)	(74.955)
CSLL a 18%	-	(50.997)	-	(78.181)	-	(52.469)
Passivo Fiscal Diferido	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)	(170.627)	(102.376)
Despesa diferida/marcação a mercado	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)	(170.627)	(102.376)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	215.232	65.002	308.450	116.348	251.463	106.565

CONSOLIDADO						
Descrição	2013				2012	
	2º trimestre		1º semestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.741.035	1.741.035	3.096.807	3.096.807	2.785.485	2.785.485
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(435.398)	(261.243)	(774.190)	(464.521)	(696.359)	(417.823)
Efeitos tributários adições e exclusões	61.625	37.926	22.197	12.990	67.005	40.588
Juros sobre o capital próprio	85.083	51.050	154.711	92.826	138.016	82.810
Participação dos empregados nos lucros	49.204	29.522	95.078	57.047	73.357	44.014
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	162.562	165.714	186.311	189.869	125.118	127.424
Incentivo fiscal	14.192	-	18.763	-	13.105	-
Reserva de reavaliação	1.847	1.108	3.344	2.006	3.009	1.805
Part. Em coligadas e controladas	41.058	24.635	77.159	46.296	58.114	34.868
Outros	(251.094)	(166.971)	(196.486)	(117.117)	(59.931)	(35.301)
Despesa corrente	(270.921)	(118.259)	(413.113)	(180.604)	(278.566)	(121.615)
Ativo fiscal diferido	810.958	378.212	860.189	380.245	697.908	329.564
Diferenças Temporárias	838.503	502.064	952.504	570.114	712.470	456.988
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(27.545)	(72.855)	(92.315)	(111.688)	(14.562)	(74.955)
CSLL a 18%	-	(50.997)	-	(78.181)	-	(52.469)
Passivo Fiscal Diferido	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)	(170.626)	(102.376)
Despesa diferida/marcação a mercado	(325.098)	(195.059)	(139.132)	(83.479)	(170.626)	(102.376)
Imp. de Renda e Contrib. Social do Período	214.939	64.894	307.944	116.162	248.716	105.573

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	10.936.237	20.825.234	16.537.613
Operações compromissadas	1.608.761	2.943.086	2.865.084
Ativos financeiros mantidos para negociação	(104.103)	509.877	3.570.423
Ativos financeiros disponíveis para venda	229.903	405.213	225.889
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.185.245	2.698.595	3.083.443
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.541.969	1.958.184	(904.021)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.112.927	2.099.495	2.316.654
Créditos vinculados ao SFH	536.801	799.436	705.678
Resultado com câmbio	(177.767)	(185.486)	9.522
Outras	162.913	186.440	142.820
Total	17.032.886	32.240.074	28.553.105

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Operações com clientes	(5.234.629)	(9.937.713)	(8.772.683)
Operações com instituições financeiras	(5.406)	(39.898)	(283.306)
Operações compromissadas	(2.237.724)	(3.950.877)	(3.876.330)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.199.990)	(4.117.252)	(3.359.229)
Depósitos especiais e fundos e programas	(399.122)	(592.435)	(443.040)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.241.178)	(4.321.629)	(3.634.996)
Outras	(45.525)	(93.140)	-
Total	(12.363.574)	(23.052.944)	(20.369.584)

CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Operações com clientes	(5.231.150)	(9.934.233)	(8.771.745)
Operações com instituições financeiras	(5.406)	(39.898)	(283.306)
Operações compromissadas	(2.234.556)	(3.944.582)	(3.855.745)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.199.990)	(4.117.252)	(3.359.229)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(399.122)	(592.435)	(443.040)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.241.178)	(4.321.629)	(3.634.996)
Outras	(45.525)	(93.140)	-
Total	(12.356.927)	(23.043.169)	(20.348.061)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Administração do FGTS	875.397	1.728.305	1.543.676
Administração do FCVS	25.958	51.245	46.040
Administração do PIS	10.500	20.818	17.213
Administração das loterias	270.748	502.758	504.629
Administração do FIES	49.440	95.161	74.102
Administração do FAR (1)	22.361	44.374	46.254
Seguro-Desemprego	14.959	30.971	29.775
Orçamento Geral da União (OGU)	17.186	25.490	34.720
Programas de transferência de renda	89.670	176.767	139.207
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	4.897	9.664	28.393
Administração de fundos de investimento	304.059	612.604	485.486
Tarifas de convênios (1)	588.917	1.144.377	954.865
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	28.490	58.900	73.097
TAC	114.331	204.123	157.919
Cobrança de títulos	146.551	281.268	259.626
EMGEA – Administração de Contratos	54.951	105.535	101.895
Taxa de risco – Agente financeiro	60.930	120.612	207.723
CCFGTS	92.907	148.505	96.547
CCFGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	47	4.584	7.305
CONSTRUCARD CAIXA	23.324	43.391	16.567
Rendas de cartão de crédito e débito (2)	423.189	740.885	539.166
Rendas de serviços s/ operações de crédito imobiliário	115.342	222.805	171.839
Rendas de serviços prestados a ligadas	137.487	263.467	276.440
Rendas de tarifas bancárias - pessoa física (2)	497.280	958.206	884.378
Rendas de tarifas bancárias - pessoa jurídica	81.305	153.519	86.354
Outros serviços	29.981	83.478	66.052
Total	4.080.207	7.831.812	6.849.268

(1) Reclassificação não relevante de taxas de administração do FAR de "Tarifas de Convênios" (junho de 2012) para "Administração do FAR" (em 2013).

(2) Reclassificação não relevante de rendas com cartão de crédito de "Rendas de tarifas bancárias – pessoa física" (junho de 2012) para "Rendas de cartão de crédito e débito" (em 2013).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Proventos	(2.387.698)	(4.746.938)	(4.029.474)	(2.388.007)	(4.747.543)	(4.030.025)
Salários e proventos	(2.174.461)	(4.389.286)	(3.758.638)	(2.174.770)	(4.389.891)	(3.759.189)
Indenizações trabalhistas	(213.237)	(357.652)	(270.836)	(213.237)	(357.652)	(270.836)
Benefícios	(466.460)	(917.813)	(592.381)	(466.460)	(917.813)	(592.381)
Encargos sociais:	(878.220)	(1.758.398)	(1.517.342)	(878.334)	(1.758.624)	(1.517.508)
FGTS	(164.116)	(328.381)	(286.796)	(164.140)	(328.427)	(286.826)
Previdência social	(508.148)	(1.015.242)	(878.005)	(508.216)	(1.015.378)	(878.101)
Prev. complementar	(157.194)	(317.246)	(267.550)	(157.208)	(317.274)	(267.578)
Outros encargos	(48.762)	(97.529)	(84.991)	(48.770)	(97.545)	(85.003)
Outros	(53.869)	(90.801)	(78.799)	(53.894)	(90.865)	(78.836)
Total	(3.786.247)	(7.513.950)	(6.217.996)	(3.786.695)	(7.514.845)	(6.218.750)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Comunicações	(148.168)	(295.857)	(321.567)	(148.168)	(295.857)	(321.567)
Manutenção e conservação de bens	(205.772)	(396.906)	(413.074)	(205.772)	(396.906)	(413.074)
Água e energia	(69.827)	(147.169)	(143.843)	(69.827)	(147.169)	(143.843)
Aluguéis e arrendamento de bens	(284.142)	(553.963)	(442.193)	(284.142)	(553.963)	(442.193)
Despesas de material	(41.595)	(98.147)	(117.003)	(41.595)	(98.147)	(117.003)
Processamento de dados	(290.652)	(540.789)	(470.653)	(290.652)	(540.789)	(470.653)
Promoções e relações públicas	(79.298)	(147.115)	(70.536)	(79.298)	(147.115)	(70.536)
Propaganda e publicidade	(84.696)	(143.188)	(192.412)	(84.696)	(143.188)	(192.412)
Serviços do sistema financeiro	(90.008)	(174.460)	(152.669)	(90.008)	(174.460)	(152.669)
Serviços de terceiros	(330.033)	(655.672)	(529.876)	(330.033)	(655.672)	(529.876)
Serviços especializados	(141.359)	(268.174)	(222.113)	(141.625)	(269.180)	(225.757)
Serviços de vigilância e segurança	(178.178)	(345.233)	(345.227)	(178.178)	(345.233)	(345.227)
Depreciação e amortização	(309.559)	(571.776)	(419.930)	(309.559)	(571.776)	(419.930)
Outras administrativas	(90.722)	(176.241)	(136.108)	(91.228)	(176.869)	(136.325)
Total	(2.344.009)	(4.514.690)	(3.977.204)	(2.344.781)	(4.516.324)	(3.981.065)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações	1.300.790	2.597.747	1.639.669
Recuperação de despesas	759.991	1.117.981	441.370
Reversão de outras provisões operacionais	220.393	847.039	738.771
Receitas de dividendos	1.968	1.978	1.298
Atualização de depósitos em garantia	120.699	237.493	291.089
Atualização monetária s/ valores a receber da União	2.317	4.402	5.790
Rendas de créditos específicos	11.102	21.239	78.842
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	330.383	330.383	-
Receitas de loterias	1.598	5.714	87.055
Outras receitas operacionais	69.819	152.361	338.553
Total	2.819.060	5.316.337	3.622.437

Descrição	CONSOLIDADO		
	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações	1.300.790	2.597.747	1.639.669
Recuperação de despesas	758.670	1.115.236	438.848
Reversão de outras provisões operacionais	220.393	847.039	738.771
Receitas de dividendos	2.049	11.658	8.916
Atualização de depósitos em garantia	120.699	237.493	291.089
Atualização monetária s/ valores a receber da União	2.317	4.402	5.790
Rendas de créditos específicos	11.102	21.239	78.842
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	330.383	330.383	-
Receitas de loterias	1.598	5.714	87.055
Outras receitas operacionais	66.842	149.489	335.502
Total	2.814.843	5.320.400	3.624.482

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(230.679)	(374.569)	(105.537)
Obrigações com fundos e programas	(84.973)	(150.633)	(103.702)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(712.495)	(1.506.816)	(844.968)
Despesas com cartão	(243.437)	(455.716)	(396.560)
Despesas com loterias	(47.857)	(95.736)	(83.730)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais (1)	(521.409)	(1.002.416)	(787.482)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(122.891)	(239.826)	(228.144)
Serviços automatizados	(54.435)	(105.789)	(74.121)
Alavancagem de negócios	(79.234)	(145.238)	(99.125)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(78.038)	(152.217)	(142.499)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(116.527)	(237.263)	(177.622)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(59.201)	(103.552)	(36.615)
Descontos de operações de crédito	(112.120)	(161.922)	(202.878)
Atualiz. monetária s/ restituição e recolhimentos	(52)	(147)	(23)
Título no exterior – marcação a mercado	(39.658)	(39.658)	-
Fundo de investimento do FGTS	(3.948)	(6.360)	(13.165)
Créditos administrados por terceiros	(10.498)	(19.343)	(20.137)
Desp. provisões operacionais	(146.029)	(231.162)	(269.339)
Provisão para causas judiciais	(180.964)	(372.807)	(353.512)
Condenações judiciais	(31.582)	(53.336)	(59.506)
Benefícios sociais	(22.432)	(42.188)	(36.214)
Benefício pós-emprego	(175.996)	(351.992)	(297.097)
Outras	(155.662)	(372.586)	(386.084)
Total	(3.230.117)	(6.221.272)	(4.718.060)

(1) Aglutinação dos itens “Correspondente não Bancário” e “Desp. Revendedor lotérico” divulgados separadamente em junho de 2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Receitas não operacionais	128.025	186.445	102.825
Lucro na alienação de valores e bens	31.223	54.527	58.557
Alienação de bens imóveis	79.676	85.354	14.069
Sobras de caixa não reclamadas	10.968	19.331	14.695
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	3.541	4.066	6
Multas e penalidades	7.354	13.639	9.603
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	(7.541)	4.359	-
Outras rendas não operacionais	2.804	5.169	5.895
Despesas não operacionais	(91.882)	(201.144)	(194.972)
Desvalorização de outros valores e bens	(2.858)	(3.686)	(2.054)
Indenizações por perdas e danos	(32.687)	(73.142)	(53.854)
Perdas em imóveis	(9.715)	(18.075)	(20.036)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(36.385)	(66.077)	(89.461)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.604)	(8.904)	(5.709)
Perdas em cartões de crédito	(9.903)	(20.250)	(18.154)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	7.505	(4.393)	(5)
Perdas de capital	(163)	(1.014)	-
Outras despesas não operacionais	(3.072)	(5.603)	(5.699)
Total	36.143	(14.699)	(92.147)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	2013		2012	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(407.992)	(743.898)	(665.075)	(407.999)	(743.936)	(665.082)
PIS/PASEP	(66.299)	(120.883)	(108.075)	(66.301)	(120.892)	(108.076)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(119.770)	(223.382)	(180.643)	(119.770)	(223.382)	(180.643)
Despesas com IPTU	(7.455)	(48.470)	(40.809)	(7.455)	(48.470)	(40.809)
Outras	4.006	8.602	(26.446)	4.001	8.597	(26.820)
Total	(597.510)	(1.128.031)	(1.021.048)	(597.524)	(1.128.083)	(1.021.430)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões para causas judiciais

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos, bem como que nenhum processo pendente de julgamento causaria, individualmente, efeito material adverso relevante.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a metodologia adotada pela CAIXA, para cálculo do valor em risco decorrente de ações rotineiras, é baseada no valor médio histórico de condenação pago em processos similares, nos últimos 36 meses (atualizado pelo IPCA). Causas decorrentes de processos relevantes, por outro lado, são calculadas de forma individualizada. Além disso, ações rotineiras têm seu risco sempre classificado como provável. A probabilidade de perda em ações relevantes, diferentemente, é classificada como provável, possível ou remota.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2012	2º trimestre de 2013		30/06/2013	30/06/2012
		Adições	Reversões/ Baixas		
Demandas Fiscais (Nota 18 (b))	260.871	109.253	(125.099)	245.025	225.376
INSS	47.682	2.367	(268)	49.781	46.553
ISS	155.371	57.731	(80.374)	132.728	142.864
Outros	57.818	49.155	(44.457)	62.516	35.959
Demandas Cíveis (Nota 18 (f))	3.511.622	243.209	(606.878)	3.147.953	3.597.387
Perdas e danos	1.311.473	161.600	(189.472)	1.283.601	1.448.280
Poupança	1.219.216	34.818	(212.241)	1.041.793	1.315.044
Loterias	11.586	197	(205)	11.578	10.464
Crédito imobiliário	104.094	14.419	(7.927)	110.586	216.650
Contingenciamento do FGTS	865.253	32.175	(197.033)	700.395	606.949
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (f))	2.629.178	502.483	(204.125)	2.927.536	3.106.844
Outras (Nota 18 (f))	43.308	738	-	44.046	42.558
Total	6.444.979	855.683	(936.102)	6.364.560	6.972.165

(i) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

A CAIXA foi atuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de junho de 2013, montam R\$ 1.403.606 (30/06/2012 - R\$ 1.378.856), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 49.780 (30/06/2012 - R\$ 46.552).

As fiscalizações municipais atuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total, em 30 de junho de 2013, corresponde ao montante de R\$ 507.980 (30/06/2012 - R\$ 344.699). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 132.728 (30/06/2012 - R\$ 142.863).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 6.338 (30/06/2012 - R\$ 6.115), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade. Em 30 de junho de 2013, a CAIXA era parte em aproximadamente 55 mil processos trabalhistas provisionados, ajuizados por empregados e ex-empregados, bem como empregados de terceiros prestadores de serviços e por sindicatos, com relação a jornadas de trabalho, acordos coletivos, indenizações, benefícios, planos de previdência e subordinação.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro moveu um processo trabalhista (processo nº 00809002820085010004) contra a CAIXA alegando o não pagamento de hora-extra devida a empregados que desempenham serviços técnicos. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 103 milhões, em 30 de junho de 2013 e uma provisão no mesmo valor foi constituída com base em uma recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

As ações cíveis passíveis de provisionamento, em 30 de junho de 2013, representam cerca de 306 mil processos, relacionadas a seus produtos, operações e serviços, principalmente, serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros. De um modo geral, as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente, sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente. O resultado de tais processos depende de recursos que continuam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça - STJ e no Supremo Tribunal Federal - STF, sendo que referida decisão deverá ser vinculativa a todos os casos relacionados que discutam a mesma matéria. O valor envolvido nesses processos totaliza, em 30 de junho de 2013, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões e foi estabelecida provisão, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, no montante total de R\$ 1,0 bilhão.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS para atividades de financiamento imobiliário, ocorrido de acordo com as normas vigentes à época. O valor relacionado a tais processos totaliza, em 30 de junho de 2013, o equivalente a R\$ 11 bilhões e a provisão correspondente, quando tais processos envolvem probabilidade de perda considerada provável, totaliza R\$ 700 milhões, na mesma data.

A CAIXA é parte em uma ação revocatória (processo nº 00526287420068090051), movida por Encol S.A., buscando o cancelamento de uma venda de imóvel para a FUNCEF e de um contrato de empréstimo. Em tal processo é requerida a devolução dos valores desembolsados no âmbito do referido contrato de empréstimo. A CAIXA obteve decisão judicial desfavorável e também não logrou êxito em sua apelação, sendo que atualmente aguarda julgamento de recurso especial pelo STJ. O valor envolvido em tal processo é de R\$ 117 milhões, em 30 de junho de 2013, com uma provisão no mesmo valor foi constituída, baseada em recente análise técnica e jurídica sobre a perspectiva provável de perda neste caso.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Demandas Fiscais	4.636.979	4.761.175	4.694.667
Demandas Cíveis	2.207.113	2.172.118	2.127.641
Demandas Trabalhistas	51.154	49.449	47.953
Total	6.895.246	6.982.742	6.870.261

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu da referida autuação no âmbito administrativo, obtendo provimento parcial quanto aos argumentos apresentados no processo administrativo fiscal, pelo que decidiu por ajuizar ação visando ao reconhecimento da nulidade do auto, com o respectivo depósito do montante integral discutido.

A administração da CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, classificou essa autuação como probabilidade de perda possível. Os valores discutidos correspondem a R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 3.147.737 de juros, os quais totalizam R\$ 4.316.196 a valores de 30 de junho de 2013 (30/06/2012 - R\$ 4.246.488 valor total).

A CAIXA possui 35 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, CSLL, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e somam R\$ 320.783, em 30 de junho de 2013 (30/06/2012 - R\$ 483.919).

(ii) Ações cíveis

Foi ajuizada ação popular contra CAIXA e a União em relação a declaração de nulidade de cláusula 7 do termo de distrato que extinguiu o Plano Especial de Benefícios administrados pela Caixa Seguradora S.A. (ex-SASSE); a condenação da CAIXA a restituir ao erário a diferença entre os saldos dos recursos cuja titularidade foi assumida pela CAIXA em 01/11/2002 e o valor convencionou chamar de "sobra de reserva", bem como a restituir aos assistidos o valor de "sobra de reserva" existente na data da extinção do Plano de Benefícios. De acordo com a análise dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e somam o valor de R\$ 1.050.016, em 30 de junho de 2013.

No entendimento do Ministério Público Federal (MPF) o critério de avaliação do patrimônio dos fundos (marcação a mercado) através da metodologia de cálculos da CAIXA causaram prejuízos aos cotistas. Os fundos eram marcados pela curva, que levava em conta os resultados dos valores negociados em leilão de títulos públicos do BACEN, somados à rentabilidade original de tais títulos. A determinação do BACEN de que os fundos fossem marcados pelo mercado não repercutiu na supervalorização das cotas posto que a baixa negociação dos títulos impossibilitaram a marcação. Ainda assim, para o MPF houve descumprimento do dever de bem administrar os fundos de investimento e infração a Lei 8.429/92 devendo ser reconhecida a responsabilidade dos gestores de fundos pelo ressarcimento dos prejuízos indevidamente repassados aos cotistas. De acordo com a análise dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e somam o valor de R\$ 1.157.097, em 30 de junho de 2013.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Demandas Fiscais	8.125.338	7.869.183	7.570.345
Demandas Cíveis	647.097	592.193	633.894
Demandas Trabalhistas	2.065.060	1.881.421	1.711.074
Total	10.837.495	10.342.797	9.915.313

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.575.919	2.789.541	2.041.893
Banco PAN	3.575.919	2.789.541	2.041.893
Aplicações em operações compromissadas	-	499.992	-
Banco PAN	-	499.992	-
Rendas a receber	2.013.626	1.952.475	2.046.215
Caixa Seguros Holding S.A.	239	334	12.389
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.013.387	1.952.141	2.033.826
Créditos adquiridos	5.971.539	3.662.652	3.210.789
Banco PAN	5.971.539	3.662.652	3.210.789
Total	11.561.084	8.904.660	7.298.897

PASSIVOS			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Depósitos	444.340	584.727	463.261
Caixa Seguros Holding S.A.	21.248	19.015	19.276
FUNCEF	6.517	879	2.887
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	416.575	564.833	441.098
Repasses do país - instituições oficiais	(3.945)	16.528	29.324
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(3.945)	16.528	29.324
Obrigações diversas	35.598	34.213	32.852
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	35.598	34.213	32.852
Total	475.993	635.468	525.437

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Rendas de depósitos interfinanceiros	57.997	107.435	88.670
Banco PAN	57.997	107.435	88.670
Rendas de prestação de serviços	155.131	289.868	312.219
Caixa Seguros Holding S.A.	137.487	263.467	276.440
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	17.644	26.401	35.779
Outras receitas operacionais	158.683	185.555	92.219
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	158.683	185.555	92.219
Total	371.811	582.858	493.108

DESPESAS			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Despesas administrativas – aluguéis	(21.362)	(40.689)	(22.503)
FUNCEF	(21.362)	(40.689)	(22.503)
Outras despesas operacionais	(779)	(1.547)	(1.659)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(779)	(1.547)	(1.659)
Total	(22.141)	(42.236)	(24.162)

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2013		2012
	2º trimestre	1º semestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	3.865	6.489	5.190
Proventos	2.825	4.745	3.940
Encargos Sociais	1.040	1.744	1.250

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

A provisão para benefícios a empregados possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item “Benefícios de curto prazo – natureza salarial” que apresenta o montante de R\$ 2.286.829 (31/12/2012 – R\$ 1.832.486 e 30/06/2012 – R\$ 2.116.653) na demonstração consolidada.

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	30/06/2012 (Nota 3 (s))
Benefícios de curto prazo	2.666.319	2.217.933	2.409.980
Natureza salarial	2.286.433	1.832.211	2.116.554
Participação dos empregados no lucro	379.886	385.722	293.426
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (f.1))	7.734.124	7.354.728	5.491.061
Saúde CAIXA (cálculo atuarial)	6.645.932	6.276.166	4.826.590
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial)	846.319	844.804	586.775
PREVHAB (cálculo atuarial)	40.691	47.570	43.165
Planos de benefícios – Previdência Privada	201.182	186.188	34.531
Total	10.400.443	9.572.661	7.901.041

(a.1) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros.

(a.2) Benefícios pós-emprego:

- (i) A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência denominados planos de benefícios que são administrados e executados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
- (ii) A CAIXA administra os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB, relativos a benefícios pós-emprego.
- (iii) O Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares (empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS) e seus respectivos dependentes.
- (iv) O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.
- (v) A CAIXA administra os benefícios pós-emprego Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Plano de benefícios - Previdência privada

(b.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

(b.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

(b.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

(b.4) Taxa de desconto aplicada

A taxa de desconto empregada no cálculo atuarial corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha por serem aderentes às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando a posição em 30/09/2012, com vencimento em 15/05/2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 9,91% e de 5,5% a.a. para a inflação.

(b.5) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (1) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (2) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos; e (3) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com a legislação vigente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos e após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos de aposentadoria

Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6	9,91	11,6	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,41	2,41	2,89	2,89	2,89	2,89
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1	1	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,3	9,91	11,3	9,91	11,3

Premissas Demográficas						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Taxa de rotatividade	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 2000 M e	AT 83 M e
	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 2000 F	AT 83 F

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	REG/REPLAN	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(23.776.763)	(22.451.290)
Valor justo dos ativos do plano	24.513.741	22.825.334
Superávit/ (déficit) do plano	736.977	374.044
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	736.977	374.044
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	-	-

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	REB	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(319.789)	(298.227)
Valor justo dos ativos do plano	230.878	213.017
Superávit/ (déficit) do plano	(88.911)	(85.210)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(88.911)	(85.210)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Descrição	NOVO PLANO	
	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(285.144)	(243.880)
Valor justo dos ativos do plano	157.582	142.901
Superávit/ (déficit) do plano	(127.562)	(100.979)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(127.562)	(100.979)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)						
Descrição	REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(2.889.894)	-	(202.861)	-	(88.419)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	362.933	2.889.894	-	117.651	-	-
Total reconhecido	362.933	-	-	(85.210)	-	(88.419)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)			
Descrição	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente	(15.289)	(2.186)	(44.032)
Responsabilidades dos participantes	-	-	29.807
Custo de juros líquido	360.263	(1.843)	(15.582)
Custo de juros	-	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	344.974	(4.029)	(29.807)
Administração do plano	-	-	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	344.974	(4.029)	(29.807)

(c) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

A CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**(i) Principais premissas utilizadas**

Premissas utilizadas PREVHAB - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	9,91	11,3

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
PREVHAB		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(47.082)	(47.121)
Valor justo dos ativos do plano	43.007	42.019
Superávit/ (déficit) do plano	(4.075)	(5.102)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(4.075)	(5.102)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	PREVHAB	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(5.102)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(5.102)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	PREVHAB
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	1.027
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	1.027
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	1.027

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares, os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.645.932 (31/12/2012 – R\$ 6.087.506 e 30/06/2012 R\$ 5.625.973) e a despesa para o período acumulado até 30 de junho de 2013 foi de R\$ 305.573 (30/06/2012 – R\$ 262.871).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas.

É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(d.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano

Premissas utilizadas SAÚDE CAIXA - %		
Descrição	2012	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	2,89	2,89
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	1,5	1,5
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	3,06	1,93
Tábua de mortalidade	AT2000M e AT2000OF	AT2000M e AT2000F

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
SAÚDE CAIXA		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(6.980.339)	(6.317.036)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(6.980.339)	(6.317.036)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(6.980.339)	(6.317.036)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	SAÚDE CAIXA	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(188.660)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(188.660)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	SAÚDE CAIXA
Custo do serviço corrente	(352.180)
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	(611.146)
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	(963.326)
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	(963.326)

(e) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2012 a agosto de 2013 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 472,12 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2012 a agosto de 2013 é de R\$ 367,92 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 846.319 (31/12/2012 – R\$ 627.977 e 30/06/2012 – R\$ 586.572) e a despesa para o período acumulado foi de R\$ 37.706 (30/06/2012 - R\$ 33.316).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Principais premissas – Auxílio e Cesta Alimentação - %		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	2012*	2011*
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,91	11,6
Projeção de aumentos salariais - média anual	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-
Taxa de inflação média anual	5,5	5,5
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-
Taxa de rotatividade	-	-
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 2000 M e AT 2000 F

(ii) Impactos da aplicação do CPC 33 (R1)

Conciliação do valor líquido do ativo (passivo) do plano		
Auxílio e Cesta Alimentação		
Descrição	CPC 33	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Valor presente da obrigação atuarial	(837.021)	(844.804)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Superávit/ (déficit) do plano	(837.021)	(844.804)
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	-	-
Valor justo de direitos de reembolso de ativos	-	-
Efeito do limite do teto de ativo	-	-
Ativo/ (passivo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	(837.021)	(844.804)

Montante total reconhecido em outros resultados abrangentes – CPC 33 (R1)		
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (s))
Montante reconhecido dos ganhos / (perdas) atuariais	-	(216.827)
Montante reconhecido decorrente do efeito do limite de ativo	-	-
Total reconhecido	-	(216.827)

Despesa / Receita e Pagamentos esperados – exercício 2013 – CPC 33 (R1)	
Descrição	Auxílio e Cesta Alimentação
Custo do serviço corrente	-
Responsabilidades dos participantes	-
Custo de juros líquido	(75.413)
Custo de juros	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais	-
Efeito do não reconhecimento do ativo	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer	(75.413)
Administração do plano	-
Total da (despesa)/ receita do exercício	(75.413)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Risco Corporativo, vinculada à Vice-Presidência de Controladoria e Riscos.

As atividades realizadas visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital Regulatório			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	58.173.322	56.328.755	44.343.093
NÍVEL I	29.605.200	28.689.489	23.673.107
Patrimônio Líquido	25.612.551	25.056.944	21.397.946
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	4.440.780	4.303.423	3.087.796
Reservas de Reavaliação	(413.750)	(423.165)	(458.274)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	-	(154.673)	(154.673)
Ativo Permanente Diferido	(722)	(2.425)	(8.953)
Ajuste ao Valor de Mercado	(33.659)	(90.615)	(190.735)
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
NÍVEL II	29.605.200	28.689.489	21.874.250
Reservas de Reavaliação	413.750	423.165	458.274
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	16.616.624	15.984.974	9.388.688
Instrumentos de Dívida Subordinada	12.541.167	12.190.735	11.836.553
Ajuste ao Valor de Mercado	33.659	90.615	190.735
DEDUÇÕES DO PR	(1.037.078)	(1.050.223)	(1.204.264)
Ações emitidas por Instituições Financeiras	(1.035.938)	(1.048.975)	(1.203.120)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.140)	(1.248)	(1.144)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	43.529.365	47.706.037	37.770.704
Risco de Crédito (PEPR)	41.290.972	45.140.008	35.623.739
Risco de Mercado – Carteira de Negociação (PJUR, PCOM, PACS e PCAM)	127.618	563.901	231.984
Taxa de Juros – PJUR	127.618	563.901	231.984
Commodities – PCOM	-	-	-
Ações – PACS	-	-	-
Câmbio – PCAM	-	-	-
Risco Operacional (POPR)	2.110.775	2.002.128	1.914.981
Risco de Mercado – Carteira de não negociação (R_{BAN})	2.966.163	2.473.008	3.455.106
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	11.677.794	6.149.710	3.117.283
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	14,70%	12,99%	12,91%

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nos. 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais que deverão ser observadas pelas instituições a partir de 01/10/2013. Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como Buffers (colchões adicionais – fixo e contracíclico) a partir de 2016.

$$PR = NívelII + NívelIII$$



$$PR = Capital Principal + Capital Complementar + NívelIII$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A CAIXA considera a gestão de riscos e de capital para a tomada de decisão em acordo com as normas vigentes e melhores práticas de mercado. Para tal, conta com uma estrutura de riscos que engloba uma Superintendência Nacional de Risco Corporativo com unidades dedicadas ao gerenciamento do capital e dos riscos de crédito, operacional e mercado, inclusive taxa de juros e liquidez.

Encontra-se em implantação o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital – ICAAP, em conformidade com a Resolução CMN nº. 3.988/11 e com a Circular BACEN nº. 3.547/11 com previsão de efetiva implementação até 30 de junho de 2013.

A CAIXA considera que o processo de gerenciamento de capital deve abranger o monitoramento e controle do capital através da avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposta, inclusive de forma prospectiva, elaborando plano de capital em acordo com suas metas e considerando os objetivos estratégicos em cenários de normalidade e estresse.

A estrutura de gerenciamento de capital da CAIXA conta com mecanismos que auxiliam na identificação e avaliação dos riscos relevantes, inclusive riscos não cobertos pela Resolução CMN nº. 3.490/07, que trata do Patrimônio de Referência Exigido – PRE, como o Risco de Taxa de Juros (RBAN) e Risco de Liquidez. A CAIXA possui Política de Gerenciamento de Capital documentada, aprovada pela Alta Administração e divulgada em sistema interno, descrevendo procedimentos com o intuito de manter o capital compatível com os riscos assumidos.

Os Relatórios de Gestão de Capital são encaminhados periodicamente ao Comitê de Riscos englobando o Plano de Capital prospectivo aderente ao Plano Estratégico e ao Plano de Negócios da CAIXA.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behavior Scoring* – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de *rating* nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade			
Fatores de Risco	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
PRE	63.865	9.466	24.585
Cupom IPCA	87	8.015	60
Cupom SELIC	8	61	93
Cupom TR	10	15	17
VaR sem ED ⁽¹⁾	63.970	17.556	24.776
VaR com ED ⁽¹⁾	61.008	18.699	23.667

(1) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2012
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.923.723	3.078.676	2.162.127	4.922.701	3.078.687	2.164.743	(1.022)	11	2.616
Aplicações em Operações Compromissadas	86.062.522	72.104.596	50.245.098	86.041.611	72.104.596	50.234.519	(20.911)	-	(10.579)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	155.191.579	138.383.189	127.715.266	157.512.903	146.598.518	133.047.946	2.321.324	8.215.329	5.332.680
Títulos para negociação	99.198.284	75.544.510	65.576.286	99.198.284	75.544.510	65.576.286	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.580.179	16.568.060	6.046.931	15.580.179	16.568.060	6.046.931	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	40.413.116	46.270.619	56.092.049	42.734.440	54.485.948	61.424.729	2.321.324	8.215.329	5.332.680
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	431.298.315	361.239.369	302.658.350	426.742.686	371.360.456	312.329.455	(4.555.629)	10.121.087	9.671.105
Comercial	154.090.836	124.413.843	99.195.580	162.184.448	139.088.074	111.857.249	8.093.612	14.674.231	12.661.669
Habitação	238.521.798	205.788.891	177.242.564	230.262.437	203.587.803	176.652.426	(8.259.361)	(2.201.088)	(590.138)
Infraestrutura/Desenvolvimento	30.004.213	23.536.769	21.162.689	25.614.333	21.184.713	18.762.263	(4.389.880)	(2.352.056)	(2.400.426)
Outros Créditos	8.681.468	7.499.866	5.057.517	8.681.468	7.499.866	5.057.517	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	137.213.271	108.012.976	77.998.184	135.806.540	112.068.153	79.672.438	(1.406.731)	4.055.177	1.674.254
CDB/RDB	72.293.522	59.009.782	47.652.950	71.418.306	59.025.575	47.992.765	(875.216)	15.793	339.815
LCI LH	61.581.235	45.876.511	30.345.234	61.163.736	49.480.872	31.679.673	(417.499)	3.604.361	1.334.439
Obrigações por TVM no Exterior	3.338.514	3.126.683	-	3.224.498	3.561.706	-	(114.016)	435.023	-
Captação em Operações Compromissadas	136.321.463	94.107.978	87.370.632	136.871.746	92.167.879	87.541.698	550.283	(1.940.099)	171.066
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	124.557.991	109.156.752	93.912.989	109.064.425	100.466.752	86.881.770	(15.493.566)	(8.690.000)	(7.031.219)
Exterior	1.239.121	40.803	3.746	853.027	43.560	3.503	(386.094)	2.757	(243)
Tesouro	35.598	34.231	-	36.840	35.471	34.082	1.242	1.240	34.082
FGTS	118.193.561	104.796.216	90.050.322	102.075.924	95.104.544	82.239.950	(16.117.637)	(9.691.672)	(7.810.372)
BNDES	3.778.200	2.526.878	2.237.454	4.901.727	3.636.129	3.141.196	1.123.527	1.109.251	903.742
Depósitos não remunerados	1.311.511	1.758.624	1.621.467	1.196.907	1.647.048	1.463.039	(114.604)	(111.576)	(158.428)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	37.271.840	28.452.993	14.531.794	27.487.092	26.953.028	16.850.483	(9.784.748)	(1.499.965)	2.318.689

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Instrumentos Financeiros – 30/06/2013				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(125.540)	(3.198.405)	(6.379.546)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(23.826)	(558.391)	(1.050.853)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(409.634)	(9.382.606)	(17.258.627)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(88)	(2.140)	(4.150)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento;
- Processo de gerenciamento; e
- Divulgação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

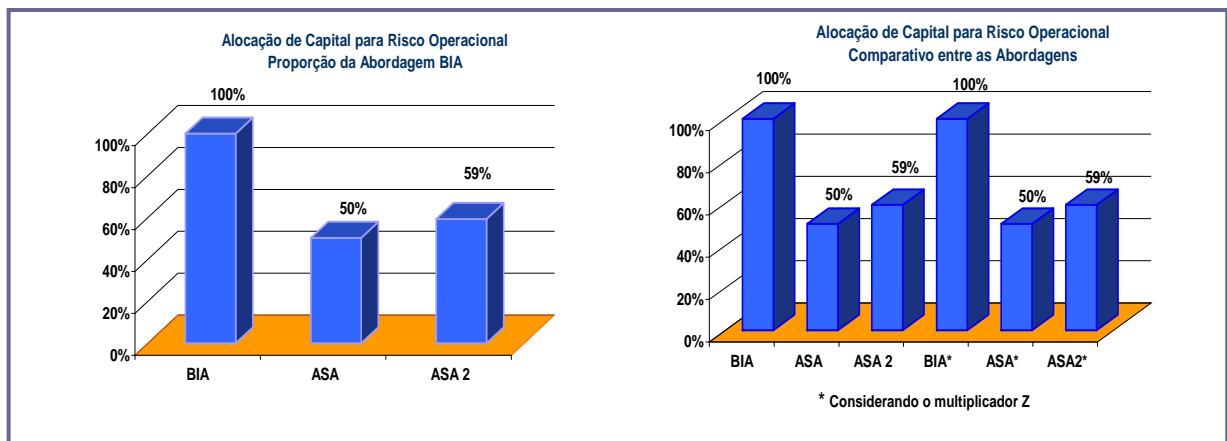
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional é formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria. O Processo de gerenciamento de Risco Operacional na CAIXA é composto pelas seguintes etapas: Identificar, Avaliar, Controlar/mitigar, Monitorar, e Reportar. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos. A divulgação de informações de Risco Operacional na CAIXA é definida segundo o objetivo e o público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008. Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:



Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Circular BACEN nº 3.647/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum com o mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como uma parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

Os requisitos mínimos para a candidatura ao uso do modelo interno são:

- Base de dados internos - Base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas e que deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Base de dados externos – Base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas que auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios – Séries de tempo que refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a área de Gestão de Risco Operacional, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão disponíveis dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, na Universidade CAIXA, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações

(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/06/2013	31/12/2012 (2)	30/06/2012
PIS (3)	29.958.561	28.581.836	28.168.394
FGTS (1) (3)	58.834.266	46.787.221	44.010.449
FAR (3)	15.644.305	8.058.235	5.462.229
FDS	1.155.142	1.147.428	1.118.840
FAS	24.514	27.953	26.284
FGS	141.683	65.540	173.039
FGHAB	1.426.782	1.207.139	1.051.393
CCA	38.349	33.333	26.963
CCAM	19	17	15
FGCN	3.409.844	3.505.323	1.571.846
FCE	93	15	33
Total	110.633.558	89.414.040	81.609.485
FCVS (1)	(88.917.718)	(87.053.639)	(82.141.045)

(1) Posição de maio de 2013.

(2) Posição de novembro de 2012.

(3) Posição de maio de 2012.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (30/06/2012 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

A Lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de Agente Operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 135.662 (30/06/2012 - R\$ 115.632).

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 163.392 (30/06/2012 - R\$ 158.757).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Geddel Quadros Vieira Lima
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Vice-presidente

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013**

O Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL desempenhou suas atividades como previsto no seu Plano de Trabalho, fundamentado, essencialmente, nas disposições da Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004.

Participou de todas as reuniões do Conselho de Administração, manteve encontros com os Conselhos Diretor e Fiscal, examinou e discutiu relatórios oriundos de diversas áreas, particularmente daquelas responsáveis pela contabilidade, controladoria, gerenciamento de risco, bem como os elaborados pelas auditorias interna e independente.

Atualizou-se quanto a recomendações formuladas pelas várias instâncias internas de controle e pelos órgãos externos de fiscalização, informando-se sobre o estágio das ações desenvolvidas visando cumpri-las. Apresentou e debateu propostas de aprimoramentos, em particular nos segmentos em relação aos quais deve expressamente opinar.

Manteve-se atento a iniciativas de aperfeiçoamentos dos controles, em especial àquelas voltadas para a mitigação de riscos, como resposta necessária ao crescimento operacional da Instituição, e a aspectos conjunturais que poderiam impactar negativamente sua situação patrimonial, tais como a elevação das taxas de juros, a reclassificação de devedores e níveis de exposição por setores, entre outros.

Dessa forma, baseando-se no quanto exposto, o COAUD, ponderadas devidamente suas responsabilidades e limitações decorrentes do escopo da sua atuação, conclui que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, o que não elide a necessidade de aperfeiçoamentos e de novas ferramentas de monitoramento, com vistas a adequá-los ao porte e complexidade operacional da Organização;
- ii) a atuação das Auditorias Interna e Independente exige permanentes ações de compatibilização de suas atividades ao porte e características da Instituição, não tendo sido evidenciado fato relevante que pudesse comprometer a sua efetividade e independência; e

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

- iii) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da Auditoria Independente, foram elaboradas em consonância com a regulamentação de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos nucleares, a situação econômico-financeira da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no período a que se referem.

Brasília (DF), 14 de agosto de 2013.

Adilson Rodrigues Ferreira
Presidente

José Carlos Monteiro Medeiros
Membro

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 30 de junho de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório dos Auditores Independentes

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que em 30 de junho de 2013 a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 20.496 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 6.799 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.081 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.087 milhões, em 30 de junho de 2013, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2013, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 22.263 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 3.633 milhões. O valor líquido de R\$ 18.630 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2013, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.860 milhões, reconhecidos substancialmente com base em projeções financeiras e plano de negócios revistos em 30 de junho de 2013 e aprovados pelo seu Conselho de Administração. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovadas pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2013

Os valores referentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2013, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 14 de agosto de 2013.

Relatório dos Auditores Independentes

Auditoria dos valores correspondentes a períodos anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2012 e em 30 de junho de 2012, e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 3(s), foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 14 de agosto de 2013, que não conteve qualquer modificação, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

São Paulo, 14 de agosto de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-“S”-DF

Parecer do Conselho Fiscal**PARECER Nº 19/2013**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no art. 50, inciso IV do Estatuto da CAIXA, aprovado Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, examinou as Demonstrações Contábeis e a Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao 1º semestre de 2013. Os membros do Conselho, tendo em vista os documentos apresentados pela Instituição, a análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, nos Pareceres dos Auditores Independentes e levadas em consideração as observações consignadas pela Auditoria Interna e as ênfases apontadas pelos Auditores Independentes, opinam no sentido de que os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

LEONARDO SILVEIRA NASCIMENTO
Conselheiro

RENATO PONTES DIAS
Conselheiro

WELLINGTON VITURINO DE OLIVEIRA
Conselheiro

ARNALDO BARBOSA DE LIMA JÚNIOR
Conselheiro Suplente

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Presidente em exercício

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

P A R E C E R

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, modificado em 05 de abril de 2013, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, os Pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30/06/2013.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Liana do Rêgo Motta Veloso
ConselheiraMarden de Melo Barboza
ConselheiroMaria Fernandes Caldas
ConselheiraRicardo Soriano de Alencar
ConselheiroJorge Fontes Hereda
Vice-PresidenteAntônio Henrique Pinheiro Silveira
Presidente